



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 702 - DE 19 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 2023 - R\$ 5,00

Palavreado humanitário da ONU não detém a matança

Crescem as manifestações em todo o mundo contra o genocídio do povo palestino

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL PODE ACABAR COM A OCUPAÇÃO DA FAIXA DE GAZA



Organizar a greve unitária contra a privatização da Sabesp, Metrô, CPTM e contra a política de sucateamento da escola pública

A luta do marxismo pela autodeterminação nacional dos povos oprimidos e contra o antissemitismo

Palavreado humanitário não detém a matança

Somente a classe operária internacional pode acabar com ocupação da Faixa de Gaza

É imperativo evidenciar os motivos econômicos e de classe de qualquer guerra. Sem esse método, prevalecem as explicações ideológicas dos governos e dos porta-vozes da burguesia. Enfrentamos essa questão diante da guerra na Ucrânia, que envolve a particularidade de ter em sua base a restauração capitalista, a destruição da União das Repúblicas Soviéticas e a ofensiva do imperialismo expressa pelo cerco da OTAN à Rússia.

A caracterização de guerra de dominação foi e é fundamental para a vanguarda revolucionária formular uma posição internacionalista do ponto de vista do proletariado. A guerra na Ucrânia passou provisoriamente para o segundo plano em função da guerra desfechada pelo Estado de Israel aos palestinos da Faixa de Gaza. Mas, sua importância continua primordial, por envolver potências militares, como os Estados Unidos e a Rússia.

A classe operária europeia e mundial permaneceu quase que paralisada, premida pelas contradições próprias da guerra de dominação, envolvendo um país oprimido, como a Ucrânia, arrastado pelas forças contrarrevolucionárias do processo de restauração capitalista. Os acontecimentos, porém, não deixaram de mostrar que os explorados ucranianos, russos e europeus, sobretudo, estiveram e estão diante da tarefa de emancipar a Ucrânia das forças burguesas que a impossibilitam alcançar sua real autodeterminação.

Os Estados Unidos fizeram do povo ucraniano bucha de canhão para seus objetivos imperialistas voltados a controlar a região antes pertencentes à URSS. E a Rússia não tem como manter sua independência como país restaurado pelo capitalismo sem manter a opressão nacional calcadas nas ex-repúblicas soviéticas. O fim da guerra e a autodeterminação da Ucrânia não se dará sob quaisquer das variantes da política burguesa. Qualquer que seja a variante burguesa que resulte na suspensão do conflito concluirá com a subordinação da Ucrânia aos interesses capitalistas, e, assim, com a intensificação da opressão de classe e nacional.

A guerra na Ucrânia pôs à luz do dia o significado mais profundo da vitória da contrarrevolução restauracionista encarnada pela burocracia soviética, ou seja, pelo estalinismo. Em contraposição, colocou ao proletariado a necessidade histórica de retomar as posições conquistadas pela Revolução Russa e a edificação da URSS. Uma “nova Revolução de Outubro”, como previu Trotsky diante da possibilidade de triunfo das forças restauracionistas, está posta na Rússia e nas ex-repúblicas soviéticas. O programa da revolução social é a única via para combater as guerras de dominação e derrotar as forças opressoras. É com esse programa e com a estratégia do internacionalismo que o proletariado ucraniano, russo, europeu e mundial poderá se unir no enfrentamento às guerras de dominação e desenvolver a guerra de libertação.

A guerra na Ucrânia está próxima de completar dois anos, sem perspectiva de solução. Em grande medida, essa situação catastrófica para os ucranianos se deve à falta de unidade do proletariado sob o programa da revolução social. O que expressa a profunda crise de direção, que se agravou com a liquidação da URSS.

A intervenção militar do Estado sionista de Israel tem as mesmas raízes das guerras de opressão nacional, embora se deva ressaltar suas particularidades. Eclode nos marcos da crise mundial em que a guerra na Ucrânia se manifesta como o sintoma mais grave após a Segunda Guerra e o desmoronamento da URSS. Na Ásia, a projeção da China restauracionista, como potência que passou a rivalizar com os Estados Unidos, se encontra o epicentro onde se concentram os maiores perigos da guerra comercial e da escalada militar.

A operação militar do Hamas em Israel, rapidamente controlada, não pôs em risco o domínio da oligarquia burguesa sionista sobre os palestinos. Essa organização que dirige a Faixa de Gaza não tem poderio para enfrentar uma guerra com Israel. Sua ação consistiu em mostrar o quanto os palestinos já não suportam o cerco econômico, militar e social, bem como o avanço das anexações na Cisjordânia. Foi planejado para ser contundente, mas de forma alguma abalaria o colonialismo sionista. O Hamas aproveitou a crise política interna que sacudia o governo de Netanyahu, voltado a ampliar o controle sobre o pouco que resta do território aos palestinos.

A guerra imediatamente desencadeada, a sua extensão e seu potencial destrutivo expuseram as raízes históricas da opressão nacional, bem como a que ponto chegou a dominação ditatorial dos sionistas e o apoio ativo dos Estados Unidos. Mas, a decisão de destruir a Faixa de Gaza, provocar um dos maiores massacres desde que o Estado sionista foi implantado e reocupar o diminuto espaço para o qual parte dos palestinos foi empurrada e confinada, se deveu ao agravamento da crise mundial, que vem levando os Estados Unidos para o caminho da escalada militar e da guerra.

O envio de porta-aviões e reforço militar para amparar Israel mostrou à China, Rússia, Irã, Síria e Líbano que seu poderio estava pronto para proteger as Forças de Defesa de Israel em suas ações devastadoras. Os vetos de Biden às resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que propunham um arrefecimento na mortandade, concretamente, se apoiaram no arsenal de guerra que o Pentágono deslocou para o Mediterrâneo. Esse poderio real contrastou com as manobras voláteis da diplomacia carregada do velho humanitarismo burguês, do qual o Brasil e o governo Lula têm sido um dos mais empenhados protagonistas.

O imperialismo norte-americano está preparado agora para agir por cima como mediador de uma solução. Precisa se desvincular do genocídio e voltar ao palavreado da democracia. Biden acaba de fazer uma demonstração recebendo Xi Jin Ping, que voltou para a China com a pecha de ditador comunista. É do interesse dos Estados Unidos que não se alongue muito a crise no Oriente Médio, uma vez que têm de continuar com a guerra na Ucrânia e voltar a carga contra a China. Trata-se de destruir qualquer capacidade militar de resistência do Hamas.

As manifestações em muitos países sob a bandeira de fim da guerra e do genocídio são o caminho do combate à guerra de dominação imposta aos palestinos. A decisão dos ferroviários da Bélgica de boicotar o envio de armas a Israel fortalece o combate anti-imperialista. Trata-se de avançar com os métodos e o programa da revolução social e do internacionalismo proletário.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da IV Internacional**(11)95446-2020 pormassas.org@massas.por -- [anchor.fm/por-massas](https://www.anchor.fm/por-massas)

Manifesto do Dia da Consciência Negra de 2023

Só a organização e a luta revolucionária do proletariado pode mudar o curso da barbárie sobre as massas negras

20 de novembro de 2023

A opressão racial, o racismo, é uma manifestação da opressão de classe, e é nesse marco que deve ser combatida. O programa do proletariado deve explicar e demonstrar essa tese em todas as oportunidades da luta de classes, em especial quando o problema racial aparece com maior força. O momento atual está marcado pela manutenção da opressão racial no Brasil, mesmo com a mudança de governo, e por conflitos internacionais profundos, como a Guerra na

Ucrânia e na Palestina. A opressão nacional é também uma opressão de classe, que tem seus contornos delimitados pela ação imperialista de um punhado de países ricos sobre o restante dos países do mundo, os países de capitalismo atrasado, semicolônias. No caso do massacre que ocorre agora na Palestina pelo Estado sionista de Israel, o racismo sobre as massas árabes do mundo todo

tem crescido, graças a ação do imperialismo e sua ampla campanha midiática de disseminação de mentiras. Isto impõe uma tarefa àqueles que lutam pelo fim da matança e pela autodeterminação da Palestina: lutar com os métodos próprios da classe operária e dos demais explorados, sob a estratégia da revolução proletária. Nenhuma saída burguesa levará ao fim do banho de sangue ou do racismo praticado sobre os árabes.

O motivo de retomar essa explicação principista já nas primeiras linhas deste Manifesto é que parte considerável das esquerdas abandonaram esse princípio fundamental, aderindo às teorias burguesas que colocam a opressão racial “ao lado”, “paralela” à opressão de classe, ou seja, a opressão do Capital sobre o trabalho. As consequências desse abandono são muitas e nefastas aos explorados. Mas podem ser agre-

gadas em uma ideia apenas, a de que seria possível resolver a brutal discriminação das massas negras no capitalismo. As políticas identitárias, que defendem a primazia do indivíduo e suas características pessoais sobre a classe social, têm permeado o movimento social de uma forma nunca vista. Crescendo como uma verdadeira erva daninha, vêm desviando a juventude preta e branca da luta de classes. Aí está a necessidade da vanguarda com consciência de classe combater

essas pseudoteorias e trabalhar para organizar os explorados sob o programa da classe operária, o que implica seus métodos, suas táticas e sua estratégia, a revolução e ditadura proletárias.

A política desenvolvida pelo PT, PCdoB, PSOL e seus satélites é parte desse problema. Seus programas específicos como a lei de Cotas, criação de um Ministério da Igualdade Racial, o Estatuto

da Igualdade Racial etc., não tem feito mais que criar uma máscara que mal encobre os verdadeiros problemas sofridos pelas massas negras, que estampam os jornais todos os dias. Continuamos sendo a maior parcela entre os desempregados; as mulheres negras são as mais violentadas e as que mais sofrem com a dupla jornada; ainda amargamos os menores salários no geral, para o mesmo trabalho realizado pelos brancos; e continuamos sendo a maior parcela daqueles que sofrem da violência e matança policial. Entre aqueles que sofrem as consequências da terceirização e privatização, os pretos e pretas são maioria, já que compõem a maioria dos pobres do país.

Violência policial

Poucos dias antes do 20 de novembro, uma criança ne-



gra foi agredida, ameaçada de morte e humilhada por um homem armado, que posteriormente se descobriu ser um policial civil, contando com a conivência de uma PM “de folga”. O caso, que se estampou nos jornais, aconteceu na região do Carandiru, em São Paulo, local que virou símbolo da opressão racial do Estado burguês, que no dia 2 de outubro de 1992 realizou uma chacina autorizada pelo governo Fleury, matando 111 detentos. A violência sobre esse jovem negro apenas expõe que não se avançou em nada na solução da opressão racial, pelo contrário, ela só piorou.

Um estudo intitulado “Pele Alvo: a bala não erra o negro”, aponta que uma pessoa negra foi morta pela polícia a cada 4 horas em 8 estados do país no ano passado. Dos 3.171 registros analisados, 2.770 foram de pessoas pretas, ou seja, 87,35%. Os números reais certamente são maiores, já que 1 em cada 4 casos não traz a informação racial. A Bahia, dirigida pelo PT, assumiu a dianteira desse ranking há 3 anos, seguida pelo Rio de Janeiro, onde a matança se realiza principalmente pelas chacinas nos morros e favelas. Nesse estado, a população negra é estimada em 54%, mas as mortes de negros pela polícia representam 87%.

Em SP houve queda no número de assassinatos, atribuída principalmente às câmeras corporais, mas não se deve alimentar qualquer ilusão reformista na polícia. O caso da recente chacina do Guarujá, onde 28 pessoas foram mortas em poucos dias, mostrou que as câmeras não foram impeditivas, e que os policiais puderam manobrar com o dispositivo para cometer os assassinatos.

Outro aspecto da pesquisa que chama a atenção é a barbárie capitalista sobre a juventude, já que 74% dos assassinados tinham entre 18 e 29 anos. Em Recife, a situação foi ainda pior. No ano passado, todos os mortos pela PM eram negros, sendo 67% entre 12 e 29 anos de idade. Está claro que entra governo e sai governo, mas as polícias, como braços armados do Estado, seguem destruindo a juventude e impondo um regime de terror nos morros, favelas e periferias.

Encarceramento e privatização

Não é novidade para ninguém a política prisional dos governos do PT. Em 2006, foi sancionada a lei antidrogas, que serviu de justificativa para um amplo encarceramento da juventude preta e pobre. O maior crescimento da população carcerária da história brasileira se deu justamente nos dois primeiros mandatos de Lula, colocando o país na terceira posição, atrás apenas de EUA e China, entre os países com maior número de presos. Agora que lotaram os presídios, estão trabalhando para entregá-los à iniciativa privada. A privatização do sistema prisional, que já é realidade em outros países como os EUA, está avançando rapidamente no Brasil e mostra mais uma face cruel do capital, que pretende lucrar sobre as massas negras encarceradas. Trata-se do modelo de PPPs (Parcerias Público Privadas), com algumas particularidades. O primeiro leilão aconteceu em outubro para um presídio a ser construído em Erechim, no Rio Grande do Sul. O fato da empresa vencedora, “Soluções Serviços Terceirizados”, ter sido desclassificada posteriormente pouco importa já que ela está recorrendo da decisão. O fundamental está no fato de que neste modelo de PPP o Estado gasta três vezes mais e o capitalista recebe “por cabeça”, o que leva à ób-

via conclusão de que quanto mais presos, melhor. Bolsonaro iniciou o plano de privatizar os presídios, Lula está dando continuidade.

É preciso dizer que os planos privatistas do governo de frente ampla de Lula/Alckmin se vinculam com o amplo processo de privatizações de diversos serviços públicos que vem acontecendo nos estados, parte delas com a participação do Governo Federal, como nos casos do metrô de Recife e de Belo Horizonte. Em SP, o governador Tarcísio tem impulsionado um amplo movimento privatista, com objetivo de entregar aos capitalistas a água e os transportes sobre trilhos. Isso mostra que é necessária uma campanha contra as privatizações, que vincule a luta estadual com a nacional.

Qualquer forma de privatização é nociva ao conjunto dos explorados. Isso porque transfere os recursos públicos para o setor privado, além de precarizar o serviço, demitir trabalhadores etc. Isso não significa, obviamente, que o sistema carcerário público deva ser defendido. Tal sistema é apenas uma parte do aparato do Estado burguês que serve para encarcerar uma massa de jovens pretos que são empurrados para a marginalidade devido aos efeitos do capitalismo apodrecido. A justiça burguesa é a responsável por dar a máscara de legalidade a esse processo de ampla exclusão social.

Crise de direção revolucionária

A crise de direção tem se manifestado em todas as lutas encarnadas pelos trabalhadores. Seja no enfrentamento às guerras, seja no combate à violência policial ou no combate às políticas privatistas dos diferentes governos. As direções políticas dos explorados, em destaque aqui as direções do movimento negro organizado têm seguido a linha governista ditada pelo petismo e pela burocracia das centrais sindicais. A defesa do governo Lula, sob a justificativa de combater o bolsonarismo, tem, na prática, servido de trava para a luta dos trabalhadores. A ausência das centrais sindicais na luta pelo fim do massacre na Palestina; a ausência de um movimento pelo fim da guerra na Ucrânia; as traições às greves no ABC, como recentemente na GM; a ausência de luta organizada e permanente contra a violência policial e o encarceramento da juventude são reflexos concretos dessa política de subordinação das direções políticas ao governismo.

A superação dessa crise não se dá através de nenhuma fórmula. Passa pela luta cotidiana para construir no seio do proletariado, dos sindicatos e dos movimentos populares, uma fração classista e revolucionária, que terá condições de retomar o caminho da luta das massas oprimidas.

A crise de direção é um processo histórico, que se fortaleceu desde a destruição do partido que fez a revolução russa de 1917, o Partido Bolchevique, e da liquidação da III Internacional pelo stalinismo. Passou pela incapacidade da IV Internacional de se consolidar como direção internacional da classe operária, devido ao revisionismo e deu um salto no fim dos anos 80 e início dos 90, com a destruição da maior conquista do proletariado mundial, a URSS. No entanto, o programa revolucionário não foi destruído e segue vivo na luta da vanguarda com consciência de classe. Está na ordem do dia a necessidade de retomar essa história, reconstruir os partidos revolucionários nos diferentes países e reconstruir a IV Internacional. Tarefa essa encarnada pelo POR, através do Comitê de Enlace Pela Reconstrução da IV Internacional.

Plano de privatização de Tarcísio caminha em meio às denúncias

O carro-chefe do plano privatista do governador paulista é a venda da Sabesp. Logo após o desmonte do movimento que culminou na greve unificada do Metrô, Sabesp e CPTM, Tarcísio encaminhou o projeto de privatização da Sabesp para a Assembleia Legislativa (ALESP). Em seguida, os deputados marcaram a audiência pública, para cumprir o protocolo. Mas uma ação na Justiça, impetrada pelo PT, barrou a realização da audiência, prevista para o dia 6 de novembro, sob o argumento de que não cumpriu o prazo legal de convocação. Esse impedimento foi rapidamente solucionado e a audiência está marcada para o dia 16. Tarcísio tem pressa em acelerar a votação na ALESP, para que a empresa seja privatizada ainda nesse ano.

No decorrer desses trâmites burocráticos na ALESP, um apagão ocorrido em São Paulo, depois de uma tempestade no dia 3 de novembro, trouxe à tona as denúncias da empresa estatal ENEL, que foi privatizada em 1998. Isso se somou ao descaso de Tarcísio e do prefeito Nunes diante da concessionária, que prometeu o restabelecimento da energia elétrica em poucos dias, mas que não cumpriu suas promessas.

O vínculo entre a Enel privatizada e a Sabesp à beira da privatização obrigou o governador bolsonarista a tentar justificar a diferença entre os dois projetos de entrega de estatais. Disse que é preciso de cláusulas contratuais mais rígidas para que a qualidade dos serviços sejam garantidos. E completou que no caso da Sabesp, isso está bem determinado. Tais alegações não serviram para acobertar a saraivada de denúncias em torno da privatização da Enel, como a elevação das tarifas e a precariedade dos serviços, que são comuns após a aquisição e controle pelo capital privado, que visa tão somente os lucros. No caso da Enel, é bom lembrar que a concessionária de origem italiana já demitiu 36% dos trabalhadores, desde 2019.

Setores e partidos, em particular o PT e PSOL, que fazem campanha contra a privatização da Sabesp aproveitaram a situação para fazer a disputa eleitoral, criticando Tarcísio que tem apoiado à reeleição do direitista Ricardo Nunes. Boulos e Nunes trocaram farpas durante toda a situação calamitosa. Nunes retrucou as críticas eleitoreiras de Boulos, dizendo que era “Melhor (ser rei do camarote) do que ser rei do terrorismo”, vinculando o candidato do PSOL ao Hamas, portanto à campanha imperialista contra a resistência do Hamas. Por outro lado, partidos que apoiam o governador não deixaram de exigir que Tarcísio tomasse a frente para resolver o grave problema, porque sua imagem e de Nunes poderiam ficar prejudicadas nas eleições municipais do próximo ano e, assim, facilitar a vitória de Boulos (PSOL).

A população pobre que foi duramente atingida pelo apagão exigia do prefeito e governador o ressarcimento dos prejuízos. E Nunes, como inábil politiqueiro, procurou responder com a criação de uma taxa (mais um imposto) para que a prefeitura pudesse

enterrar os fios da rede elétrica. A própria burguesia obrigou o prefeito a retirar essa proposta, considerada fora de momento.

O fato é que as direções sindicais, partidos e movimentos que denunciam a privatização não se colocaram por organizar as manifestações. A população pobre que enfrentou a desgraça do apagão realizou protestos locais, bloqueando avenidas, sem contudo contar com as direções que em palavras denunciaram a tragédia acometida pela ENEL. No entanto, se limitaram a comemorar a liminar obtida na Justiça para suspender a audiência pública na ALESP.

Como se vê, a celeridade na aprovação da privatização da Sabesp, momentaneamente, se esbarrou com os acontecimentos provocados pela Enel e com as denúncias das consequências nefastas da venda de empresas estatais de serviços essenciais, como energia e água. Tarcísio e sua base aliada na ALESP refazem os prazos, esperando esfriar a tragédia do apagão.

Em vez de aproveitar o descontentamento popular com o descaso da Enel, as direções sindicais somente convocaram a greve unificada para 28 de novembro. Mais ainda, voltada à chamada pressão aos deputados, com o ato na ALESP. Conduzir o movimento para o terreno parlamentar, como as experiências já demonstraram, significa colocar nas mãos dos politiqueiros as reivindicações que têm unificado o movimento, como o cancelamento de todos os processos de privatização e terceirização da Sabesp, Metrô e CPTM; não ao corte de verbas da educação e reintegração dos grevistas metroviários demitidos.

A independência política e organizativa dos trabalhadores diante dos governos, capitalistas e de seus porta-vozes na ALESP são vitais para a luta contra o plano de privatização do ultradireitista Tarcísio e Nunes. Confiar na força social dos explorados e nos métodos próprios de luta são decisivos para combater a venda definitiva das estatais para os monopólios sanguessugas, que visam unicamente conseguir cada vez mais lucros exorbitantes às custas da elevação das tarifas, demissão, terceirização e precarização dos serviços essenciais à população.



ADQUIRA  **COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS**

POR Partido Operário Revolucionário

20 anos construindo o programa

POR Partido Operário Revolucionário

44 Programa

SOCIALISMO ou BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O trotskismo diante da tarefa de constituir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A IV INTERNACIONAL



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Novembro de 2023

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Intervenção junto aos operários da Volks

A montadora Volks havia anunciado seu plano de corte de postos de trabalho, terceirização e quebra de direitos. A direção do Sindicato Metalúrgico do ABC de pronto iniciou as negociações visando um acordo considerado “possível”. Após mais de um mês de reuniões, a Volks conseguiu manter a essência de seu plano. Os burocratas do sindicato, depois de tudo acordado, convocou uma assembleia para que os operários aprovassem o que havia sido negociado com a multinacional alemã.

Nos dias que antecederam a assembleia, a direção do sindicato e os membros do Comitê Sindical (CSE) fizeram uma campanha de terror, sob o argumento de que a empresa poderia fechar as portas no ABC. No dia 9 de novembro, a burocracia armou uma assembleia extremamente antidemocrática onde somente a direção do sindicato pôde comunicar o acordo já estabelecido com a Volks. Para dificultar que os trabalhadores recebessem o Boletim Nossa

Classe, cercou o alambrado com os ônibus. Mas não contavam que o Boletim Nossa Classe fosse distribuído pela manhã. Dessa forma, os operários tomaram conhecimento do Boletim, que explicava o verdadeiro conteúdo do acordo.

A ausência de uma oposição classista e de luta faz com que a burocracia sindical se sinta de mãos livres para realizar assembleias, onde somente a voz da patronal se expressa por meio da direção do sindicato. Acordos traidores, como esse que acabou de ser aprovado na assembleia, foram rechaçados por uma parcela significativa de operários. A ausência de democracia na assembleia impediu que essa parcela consciente de metalúrgicos pudesse se expressar na assembleia, no sentido de mostrar as consequências nefastas do acordo.

Reproduzimos o Boletim Nossa Classe distribuído no dia 9 de novembro.

Boletim Nossa Classe - Extraordinário Volks acordo - POLÍTICA OPERÁRIA

A assembleia deve rejeitar o acordo de demissão e terceirização

Não é verdadeiro que a proposta montada pela Volks com a colaboração da direção do sindicato e do Comitê Sindical garante empregos. Quanto aos “investimentos e futuro da planta”, é uma decisão da multinacional.

Nós operários não influenciaremos em nada nessa decisão. Basta lembrar o que se passou com o fechamento da Ford. Os inúmeros acordos com essa montadora norte-americana não impediu o seu fechamento e a destruição de milhares de postos de trabalho.

O que a Volks está fazendo é utilizar a chantagem do investimento e da manutenção da empresa no ABC cortando na carne dos metalúrgicos. O que a direção do sindicato está fazendo é colaborar para que a multinacional proteja seus negócios e seus lucros cortando na carne dos operários.

O acordo que vai até 2025 passa a valer até 2028. Ainda não concluiu esse acordo que já era contrário aos direitos dos trabalhadores e a Volks já vem com mais um pacote que corta nossa carne.

Está claro que objetiva: implantar a “Câmara de Conciliação Prévia”, para impor a nós operários o PDV, terceirização, antecipação de aposentadoria, transferência do trabalhador para o grupo próprio de serviços (VW Groupe Services), imposição aos sequelados àquilo que favorece a empresa e legalização da demissão por justa-causa. Todas as cláusulas do acordo são contra nós operários.

O Boletim Nossa Classe defende que a assembleia rejeite mais um acordo maldito de demissão, terceirização e quebra de direitos.

Atenção companheiros/as da Volkswagen!

Na assembleia de hoje, vote contra o acordo que permite a Volks demitir, terceirizar, reduzir salários e direitos!

Não se iludam com o valor do pacote do PDV. Os 20 ou 40 salários acabam rápido. O que ficam depois é o desemprego e a dificuldade de conseguir um novo trabalho. Não caiam mais uma vez na conversa da direção traidora do sindicato. Eles mentem dizendo que se o acordo for aprovado, haverá estabilidade no emprego. Porém, quando a empresa começar a demitir, eles desaparecem, fogem do chão de fábrica, ou simplesmente, dizem para os companheiros demitidos que não podem fazer nada, porque está no acordo.

Vocês estão vendo. A fábrica está demitindo trabalhadores com doença ocupacional já reconhecida, quebrando e passando por cima da convenção coletiva, que garante estabilidade no emprego para estes companheiros. Se a proposta for aprovada, a fábrica vai ficar de mãos livres para continuar demitindo os companheiros com doenças adquiridas no trabalho e, também, os que ainda não têm a doença reconhecida.

O Boletim Nossa Classe chama os companheiros, na assembleia de hoje, que VOTEM contra as demissões de trabalhadores lesionados e não lesionados.

Leiam com cuidado a cláusula que ferra os trabalhadores com doenças ocupacionais

Vote contra o acordo que legaliza a demissão por justa causa

Companheiros, leiam com atenção o ponto “cláusula de recusa de posto”, que está na página 8 da proposta de acordo. Se a proposta for aprovada, é esta cláusula que a Volks vai usar para continuar demitindo os trabalhadores com doença ocupacional.

Já estamos vendo. A fábrica demitiu nas últimas semanas, mais de 20 companheiros com doença ocupacional, por justa causa. Como a empresa faz isso? O encarregado e o médico açougueiro da empresa mandam os companheiros trabalharem na linha de produção, nos mesmos postos que eles adquiriram a doença, e, quando os companheiros informam que não conseguem trabalhar devido sua lesão, a empresa os demite por justa causa, alegando indisciplina.

O ponto “cláusula de recusa de posto” diz: “considera-se como falta de colaboração com o processo de adaptação a recusa do empregado em assumir as novas funções definidas pelo médico do trabalho da empresa e compatíveis com seu estado de saúde”.

Pergunta companheiros. Vocês acreditam que o médico carniceiro, que só faz o que a Volks manda, vai respeitar a restrição médica e a lesão dos trabalhadores?

Não companheiros. O médico carniceiro da Volks vai dizer que o companheiro com quatro operações pode trabalhar na linha. Isso é o que vai acontecer. E a fábrica vai demitir o companheiro, por justa causa, com o aval do médico carniceiro e da direção pelega e vendida do sindicato.

O ponto 8 continua. “a recusa injustificada ao cumprimento do disposto nesta cláusula pelo empregado implicará em ato de insubordinação e não colaboração no processo de adaptação as novas funções, hipótese em que implicará em aplicação das medidas disciplinares cabíveis”.

Aqui o sindicato está dando o aval para a empresa demitir os companheiros com doença ocupacional, se o acordo for aprovado.

O Boletim Nossa Classe não é contra por princípio que se faça acordos com o patronato, mas jamais assinar um acordo que seja contra os trabalhadores. O Boletim Nossa Classe considera esse acordo um ataque frontal às condições mais elementares de trabalho. Companheiros, VOTEM contra esse acordo.

O acordo que necessitamos

A assembleia rejeita o acordo montado pela Volks e defende um outro acordo. Nós trabalhadores propomos:

1. Revogação de todas as cláusulas do acordo que termina em 2025, que permita demissão, punição, quebra de direitos (Banco de Horas) e terceirização;
2. Que o novo acordo conste de redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, de maneira a conservar os empregos e abrir novos postos de trabalho;
3. Que coloque fim à terceirização e efetive todos os terceirizados;
4. Que garanta a estabilidade no emprego e que qualquer demissão justificada pela empresa seja discutida e aprovada na assembleia da fábrica;
5. Que os trabalhadores que contraíam doenças ocupacionais tenham garantidos os direitos trabalhistas, de forma que não continuem a ser sacrificados no trabalho;
6. Que haja a readmissão dos companheiros demitidos por justa causa;
7. Que seja garantido a reposição salarial de acordo com a alta do custo de vida, calculado pelo Dieese. E que a empresa se disponha a repor perdas do passado, que criaram uma grande defasagem salarial.

Companheiros, O Boletim Nossa Classe considera que o sindicato é para lutar em defesa do trabalhador. Deve ter seu programa próprio de reivindicações. Não deve se submeter ao poder patronal, que sempre imporá acordos contrários às necessidades de nós operários. E, por isso, os empregos e o valor dos salários são sagrados.

O Boletim Nossa Classe tem por princípio que “Empregos não se negociam, se defendem com luta”. E que as negociações salariais devem estar submetidas à mobilização dos trabalhadores e à assembleia geral. Esses fundamentos são de um sindicalismo classista. A direção sindical que se submete às pressões do poder patronal elimina o caráter classista do sindicato e o transforma em sindicato colaboracionista e antioperário.

Por todas essas razões, devemos REJEITAR o acordo colaboracionista montado pela Volks e pela direção sindical traidora. Assim, nossa assembleia se coloca em defesa de um acordo que defenda os empregos, os salários e os direitos dos metalúrgicos.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Boletim Nossa Classe, que faz um balanço do acordo e do papel traidor da burocracia sindical, foi distribuído na Volks

Reproduzimos abaixo:

Política Operária

Carta aos operários

O Boletim Nossa Classe vem perante os metalúrgicos e os demais trabalhadores denunciar o acordo traidor imposto pela Volks e pela direção do Sindicato. Tamanha traição aos interesses dos operários somente foi possível porque o nosso sindicato há muito tempo tem sido controlado por uma direção que serve de correia de transmissão da política do PT e do governo Lula de proteger as multinacionais em detrimento da classe operária. Eliminou-se a eleição direta para a mudança de diretoria. As assembleias foram transformadas em instrumento ditatorial da direção, para mascarar de democrática a decisão que oculta a traição.

Devido ao descontentamento no interior da Volks, a direção do sindicato arregimentou uma assembleia controlada e manipulada, para que não houvesse divergência e oposição ao acordo. Os operários somente podem decidir livre e conscientemente, se puderem divergir e se opor à posição da direção. Uma assembleia montada por uma claqué do Comitê Sindical, cercada pelos ônibus da empresa e realizada de forma que não se discutisse livremente as consequências maléficas do acordo não pode ser considerada pelos operários da Volks e deve ser repudiada por toda classe operária.

Acontecimento como esse, mais uma vez, mostra que os operários têm de se revoltar contra a direção autoritária e traidora. Que os operários têm de começar a lutar pela volta da democracia no sindicato. Que os operários devem organizar uma direção classista e revolucionária, que seja capaz de defender o programa de reivindicação de acordo com suas necessidades e contrárias à exploração capitalista do trabalho.

O Boletim Nossa Classe chama os metalúrgicos e os demais trabalhadores de qualquer ramos da produção a rejeitarem e a lutarem contra o fechamento de postos de trabalho, as demissões, o desemprego, a terceirização, a redução salarial e a liquidação dos direitos trabalhistas. Chama os metalúrgicos e demais trabalhadores a se unirem em um movimento local, regional e nacional pela recuperação dos postos de trabalho e pela reconquista dos direitos destruídos pela reforma trabalhista. Começemos essa luta por rejeitar a falsa assembleia e exigir uma nova assembleia democrática para rejeitar o acordo traidor.

Mais uma traição do Sindicato Metalúrgico do ABC aos trabalhadores da Volks

No dia 09/11, a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC defendeu e aprovou um acordo que permite a Volks demitir trabalhadores com doença ocupacional e não lesionados, terceirizar setores diretos e indiretos da produção e reduzir salários e direitos.

Wellington Damasceno, diretor executivo do sindicato, ao colocar em votação a proposta, usou mais uma vez a chantagem dos investimentos e a mentira da garantia de empregos, para empurrar goela abaixo dos trabalhadores um acordo que garante os interesses da multinacional.

O fato de 20 companheiros terem sido demitidos por justa causa pela Volks com doença ocupacional, nas últimas semanas, comprova que não existe garantia de empregos. Alguns dos companheiros demitidos participaram da assembleia e protestaram

vestindo camisas com a frase “fomos demitidos com estabilidade, e aí sindicato?” Os operários já estão percebendo o papel traidor da direção.

O Boletim Nossa Classe, distribuído no dia da assembleia, trouxe as explicações porque era preciso rechaçar mais esse acordo traidor. Uma parcela significativa de companheiros mostrou-se contrária ao acordo. No entanto, na assembleia só fala os burocratas defensores do acordo. O fundamental está em que vem crescendo o descontentamento dos operários com a direção do sindicato. E não há outra via senão a organização de uma oposição classista e de luta.

Burocracia sindical ameaça trabalhadores contrários ao acordo na assembleia

Um grupo de operários contrários ao acordo de demissão e terceirização realizou uma campanha no interior da fábrica pela rejeição da proposta, e no dia da assembleia fez falas no pátio, explicando porque os trabalhadores deveriam rejeitar o acordo.

A burocracia, há muito, eliminou totalmente a democracia operária no sindicato, e não permite que os trabalhadores ou correntes políticas, que são contrárias à posição da direção, possam defender sua posição no carro de som, e assim permitir que as duas posições sejam votadas de forma democrática na assembleia.

A burocracia sindical faz o contrário. Na assembleia, ameaçou

os companheiros que se colocaram contra a proposta da empresa. Os burocratas sabiam que existia uma grande revolta no chão de fábrica, por isso prepararam tudo para impedir qualquer forma de oposição ao acordo.

Para impedir que os militantes do POR entregassem o Boletim Nossa Classe chamando a rejeitar o acordo, a burocracia pediu e a Volks mandou estacionar os ônibus em fila, em toda a lateral do pátio, onde seria realizada a assembleia e onde os militantes são obrigados a distribuir o Boletim. Sabendo que a burocracia faria essa manobra, os militantes conseguiram entregar o Boletim

na entrada do primeiro turno, pela manhã. Dessa forma, os companheiros receberam e tiveram tempo de ler o Boletim antes da assembleia, que foi realizada às 15 hs.

O Boletim Nossa Classe continuará denunciando mais esse acordo traidor. E o papel de capachos dos burocratas do sindicato diante da Volks. Continuará mostrando que

o sindicato é a ferramenta de luta dos trabalhadores, mas que está sendo comandado por burocratas agentes dos capitalistas. Que a tarefa dessa vanguarda que vem despontando nas assembleias é se colocar por constituir uma oposição de luta e classista, capaz de defender os interesses da classe operária.

É necessário superar o medo e organizar a luta coletiva em todas as fábricas

Para conseguir aprovar os acordos patronais, a direção do sindicato persegue, coloca medo e ameaça os trabalhadores dizendo que se não aceitarem a proposta, a Volks vai demitir, vai fechar a fábrica e, assim, todo tipo de terrorismo. Apesar dessas ameaças, uma parcela dos operários já perdeu a confiança na direção do sindicato, não acredita que a direção vai organizar uma luta consequente para defender os empregos, salários e direitos. O importante está em que essa parcela de lutadores votou contra a proposta, expressando o aumento da revolta e disposição de luta.

A tarefa colocada é transformar essa revolta em organização política, em uma oposição de luta, independente, classista e revolucionária, para expulsar a direção pelega e resgatar o sindicato para a luta de classes.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que os operários da Volks e demais metalúrgicos do ABC rechacem os acordos de demissão, terceirização, lay-off e redução de salários e direitos. Chama os operários a defenderem por meio da greve, da ação direta um programa próprio de reivindicações. Levanta a bandeira de nenhuma demissão! Empregos não se negociam! Se defendem com a greve, com a ocupação das fábricas e o controle operário da produção. Efeivação de todos os trabalhadores terceirizados e fim da terceirização. Combate às demissões e ao desemprego, levantando a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho).

A Volks e demais empresas, com a ajuda da direção do sindicato, estão demitindo e reduzindo o piso salarial

Em 1998, havia 24 mil trabalhadores efetivos na Volkswagen. Hoje, existem apenas 8.200. O salário dos trabalhadores efetivos do grau 6, que são a maioria na produção é de R\$ 6.830,00. Com o novo acordo aprovado, o piso salarial para os novos contratados será de R\$ 2.400,00.

Como podemos ver, a cada novo acordo feito com o sindicato, a Volks tem conseguido eliminar postos de trabalho, demitir e reduzir salários e direitos. Por isso, logo depois de aprovar o acordo, os pelegos fizeram uma grande festa, gritavam e se abraçavam enlouquecidos, por terem mais uma vez garantido os lucros da multinacional.

Para a burocracia, não importa se a Volks e demais empresas estão demitindo, reduzindo salários e direitos. A única coisa que importa para esses sem-vergonhas é manter as empresas no ABC, assim eles garantem seus empregos e benefícios econômicos pelos serviços prestados à patronal.

O diretor do sindicato Wellington Damasceno, falando como um representante da empresa, declarou para o UOL “este é um acordo que dá longevidade para a fábrica da Anchieta (em São Bernardo do Campo) e reposiciona nossa região rumo à reindustrialização”. Estes sem-vergonhas estão ajudando os patrões a reduzir seus custos atacando os trabalhadores, destruindo postos de trabalho e

ainda têm a coragem de falar que isso vai levar a reindustrialização.

O Boletim Nossa Classe combate a impostura dos burocratas sobre a reindustrialização do país, numa situação de agravamento da crise econômica e desintegração do capitalismo mundial. O Boletim Nossa Classe defender que a única forma de desenvolver a indústria e demais setores da economia do país será expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

A tendência dos capitalistas e seus governos é a de descarregar a crise sobre as costas dos trabalhadores, cortando os empregos, reduzindo os salários e eliminando direitos. Está aí por que a nossa tarefa é a defesa de nossas condições de existência. Para isso, é fundamental confiar em nossas próprias forças e nos métodos próprios de luta. Não será aprovando acordos traidores que os empregos e os salários serão garantidos. Ao contrário, será por meio do enfrentamento direto aos capitalistas e seus governos, que poderemos impor nosso programa de reivindicações, que de fato protegem os trabalhadores. Será combatendo os capitalistas que avançaremos na compreensão de que é preciso pôr abaixo o sistema econômico, gerador de toda desgraça à maioria dos explorados, e defender uma sociedade socialista.

Campanha internacionalista do Boletim Nossa Classe

Pelo fim imediato dos bombardeios e da invasão militar do território palestino

O enfrentamento à barbárie sionista depende da mobilização dos explorados no Oriente Médio e em todo o mundo Constituir a frente única anti-imperialista, sob a política do proletariado Em defesa da autodeterminação do povo palestino

Boletim Nossa Classe - General Motors

Os militantes do Boletim Nossa Classe responderam de pronto às manobras do TRT e da montadora. Estiveram com o Boletim na porta da fábrica, que foi distribuído aos grevistas. Mostraram que a reintegração dos demitidos era passageira, pois a empresa reintegraria formalmente e, ao mesmo tempo, abriria uma negociação com a direção dos sindicatos metalúrgicos, sem desistir de seu plano de demissão. Foi exatamente o que ocorreu.

Os burocratas dos sindicatos esperaram o início das negociações, e, em seguida suspenderam a greve. Depois de poucos dias, o acordo traidor foi imposto: 1) os operários reintegrados não voltaram para a fábrica, ficaram em licença remunerada; 2) foi aberto o PDV para que a meta de demissão de 1045 trabalhadores das três fábricas São Caetano, Mogi das Cruzes e São José dos Campos fosse alcançada. O mesmo acordo de demissão foi assinado pelo sindicato vinculado à Força Sindical e pelo sindicato dirigido pela CSP-Conlutas.

Reproduzimos abaixo o Boletim que foi distribuído assim que saiu a liminar de reintegração dos demitidos:

Política Operária

Confiar sempre em nossas próprias forças Somente com a greve combativa é possível impedir definitivamente as demissões

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) concedeu uma liminar de reintegração dos metalúrgicos demitidos da GM. Determinou 48 horas para a empresa acatar a ordem judicial. A liminar se baseou no fato da GM não ter aberto negociação com os sindicatos. O TRT não fez senão seguir uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação às demissões coletivas. Além disso, no caso dos trabalhadores da GM de São José dos Campos, a montadora desconheceu o acordo de layoff, que previa estabilidade no emprego até maio de 2024.

No dia 6, sábado, a GM cancelou as demissões. Isso por que o TRT rejeitou a liminar da empresa que pedia a manutenção das demissões. A GM anunciou que fará uma reunião com os sindicatos.

O problema está em que a liminar de reintegração não garante que a multinacional não volte a demitir. O que está posto é que

abra a negociação com os sindicatos. Aí mora o perigo de achar que houve uma vitória, e desmontar a greve. A vitória somente pode ser reconhecida se a GM não puder impor seu plano de demissão, que atinge 839 em São José dos Campos, 300 em São Caetano e 105 em Mogi.

O Boletim Nossa Classe defende a continuidade da greve até que seja revogadas definitivamente as demissões. Para isso, é necessário tornar a greve ativa: 1) garantir a unidade da greve nas três plantas da GM; 2) realizar manifestações nos corredores fabris, chamando à solidariedade dos demais trabalhadores; 3) exigir que as centrais sindicais marquem uma manifestação em defesa dos metalúrgicos e contra o plano de demissões das montadoras; 4) constituir um comitê de mobilização em apoio à greve unitária na GM.

A GM tem seus meios para manter o plano de demissão Nós operários temos nossos meios de resistir às demissões Devemos lutar pela estabilidade no emprego

A experiência tem demonstrado que os patrões encontram meios para impor sua decisão de destruir postos de trabalho. Não estão proibidos de demitir em massa, desde que façam acordos com os sindicatos. E se não houver um acordo, o juiz determina a sentença, que sempre será a favor do direito do capitalista fechar postos de trabalho. Assim funciona o regime burguês de exploração do trabalho.

Os operários, de fato, não têm direito algum assegurado na Justiça, que é patronal. Se a liminar for cumprida pela GM, o que vai acontecer depois? A GM vai pôr de lado seu plano de corte de 1.245 postos de trabalho? Tudo indica que não. Esse é um plano criado pela matriz norte-americana. A sua direção no Brasil sabia perfeitamente que os sindicatos recorreriam à legislação do STF. E que a partir daí tomariam novas decisões. É o que veremos com as negociações a partir do dia 6 de novembro.

Por trás da demissão massiva, estão cálculos não só econômicos, mas também políticos. Não por acaso, as montadoras contam com privilégios fiscais concedidos tanto pelo governo federal, quanto pelos governos estaduais. E há também a necessidade das multinacionais de se ajustarem à concorrência nacional e mundial.

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha constante para que as direções sindicais e as centrais organizem um movimento nacional em defesa dos empregos, pelos salários e direitos trabalhistas. Tem defendido a redução da jornada sem reduzir os salários, para abrir postos de trabalho a todos. E lutado pela estabilidade no emprego. A convocação de um Dia Nacional de Luta pelo fim da reforma trabalhista e pela reconquista de todos os direitos é um ponto de partida para organizar nacionalmente os trabalhadores e preparar uma greve geral.

Não aos acordos de demissão! Emprego não se negocia, se defende com luta

A classe operária, que vende a sua força de trabalho por um salário aquém das necessidades da família, fica à mercê da crise econômica do capitalismo, da concorrência desenfreada e da guerra comercial mundial. A luta pelos empregos se tornou de vida ou morte para os trabalhadores nessas condições de crise.

Não é de hoje que os assalariados estão diante do horror das demissões, do subemprego, da informalidade e do empobrecimento crescente. A reforma trabalhista e a lei da terceirização do governo Temer deram ao patronato maiores poderes legais para impor os violentos acordos de layoff, PDV, PDI. O governo Lula manteve essa parafernália antioperária.

A GM está se valendo de todas essas vantagens que o Estado burguês e seus governantes lhe dão. A mesma coisa tem feito as demais montadoras. Basta ver os acordos maléficos aos operários assinados pela direção do Sindicato do ABC com a Volks e a Mercedes. Não faz muito, ocorreram o fechamento da Ford, Caoa

e LG. Milhares de postos de trabalho foram destruídos, e não mais voltarão. Uma enorme quantidade de metalúrgicos qualificados foi parar no subemprego, na informalidade, ou então, continua a amargar com o desemprego.

O caso das multinacionais varrerem os companheiros que contraíram lesões e doenças do trabalho é mais uma prova de como os capitalistas tratam os trabalhadores como uma peça descartável a qualquer momento. É o que a GM está fazendo com os companheiros que receberam em suas casas o telegrama da demissão. Assim ocorre porque nossos sindicatos têm feitos acordos sistemáticos de layoff, PDV etc.

O Boletim Nossa Classe alerta aos metalúrgicos a não confiarem que a limitação do TRT garantirá os empregos. Não podemos aceitar os acordos de demissão. A greve é a nossa arma para impedir que a GM imponha seu plano de demissão.

Campanha internacionalista do Boletim Nossa Classe

Pelo fim imediato dos ataques do Estado sionista de Israel à Faixa de Gaza!

Pelo fim do genocídio do povo palestino!

Pelo direito à autodeterminação da nação oprimida palestina!

Fora os Estados Unidos e seus aliados imperialistas do Oriente Médio!

Fortalecer as manifestações que vêm ocorrendo em todo o mundo!

Que os sindicatos e centrais no Brasil organizem uma frente única anti-imperialista!

Pela união internacional da classe operária e dos demais trabalhadores para acabar com a opressão nacional e o massacre dos palestinos!

A greve na General Motors mostrou a força e disposição de luta dos trabalhadores

Somente com a greve unificada das três unidades foi possível cancelar provisoriamente as demissões

É necessário impor a estabilidade com os métodos próprios da classe operária

Depois de 17 dias em greve, os sindicatos dos metalúrgicos de São Caetano do Sul, São José dos Campos e Mogi das Cruzes chegaram a um acordo com a montadora e aprovaram em assembleia o retorno ao trabalho no dia 8 de novembro. Pelo acordo, a GM cancelou as 1244 demissões nas três unidades, reintegrou os trabalhadores demitidos e pagou os dias parados. Na GM de São José dos Campos, a fábrica deve manter a licença remunerada para quem havia sido demitido em lay-off. Também foi aprovado aviso permanente de greve, ou seja, caso a empresa não cumpra o acordo, a greve será retomada. Os sindicatos informaram que as negociações continuariam com a empresa para a busca de alternativas que evitem futuras demissões. Aqui está o grande perigo. Nós sabemos que a proposta da GM é de demissão, que iniciará agora pela via do PDI e PDV.

Perguntamos: qual é a proposta da direção dos sindicatos para garantir os empregos?

A paralisação unificada dos cerca de 12 mil trabalhadores da GM provou mais uma vez que a greve, a ação direta, é o único

método que a classe operária tem para combater as demissões ou qualquer ataque da patronal. Porém, o grande problema é que o sindicato metalúrgico de São Caetano do Sul, ligado a Força Sindical, e o sindicato metalúrgico de São José dos Campos, ligado a Conlutas, não defendem um programa próprio de reivindicações da classe operária para impor aos patrões. Como não levantam as reivindicações próprias da classe operária, a burocracia sindical traidora, termina aprovando, como fizeram agora na greve da GM, um acordo que permite a montadora eliminar postos de trabalho através de PDV's. Todos sabem o terrorismo e todo tipo de pressão que a GM e demais empresas utilizam para obrigar os trabalhadores a pedirem demissão, e depois amargarem o desemprego e miséria com sua família. A patronal estabelece junto com o PDV uma meta de quantos trabalhadores ela quer demitir, e se aquela meta depois de toda a pressão não for atingida, a empresa indica quem serão demitidos. Com o PDV aprovado pelas burocracias vendidas, os trabalhadores ficam individualizados, perdem a força coletiva de resistir e defender os empregos.

O PDV foi a forma que as empresas e as direções sindicais pelegas encontraram para tentar impedir a luta de classes, a revolta

dos operários, que, frente às demissões, decretam a greve, paralisam a produção, ocupam as fábricas e lutam coletivamente em defesa dos empregos, salários e direitos. Os PDV's, Lay-off's são parte das propostas dos patrões para demitir, por isso devem ser rejeitados pelos trabalhadores.

Frente a qualquer ameaça de demissão por parte da GM, os operários devem aprovar em sua assembleia a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Colocar fim ao

desemprego, lutando pela escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho. Levantar a bandeira: Nenhuma demissão! Emprego não se negocia. Se defende com a greve, com a ocupação das fábricas e o controle operário da produção. Devem exigir que as centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios, como preparação da greve geral.

Relatos dos militantes do Boletim Nossa Classe

No dia 17 de outubro, o Boletim Nossa Classe esteve na porta da fábrica Mahle. Houve uma agitação utilizando o som, convocando para a assembleia, que ocorreria no período da tarde. Fez parte da agitação as palavras de ordem contra a guerra do Estado sionista de Israel ao povo palestino e em defesa da nação oprimida contra os opressores colonialistas, os Estados Unidos e seu enclave no Oriente Médio Israel. A militância também exigiu o fim da guerra da Ucrânia e uma paz sem anexação.

Dois dias depois, o Boletim Nossa Classe foi distribuído na GM de São Caetano. A agitação se deu em torno à luta pelos empregos, salários e direitos, bem como em defesa do povo palestino. No dia 21, a GM demitiu 1245 operários e operárias iniciaram uma greve, que durou 17 dias. Nos dias em que ocorreram a greve, foram divulgados três Boletins Nossa Classe, explicando a importância de realizar uma greve ativa, com manifestações de rua, de convocar os sindicatos e centrais a apoiarem efetivamente a greve e de lutar em torno à bandeira "Empregos não se negociam, se defendem com luta".

No dia 30 de outubro, o Boletim Nossa Classe chegou à Mercedes, que foi bem recebido pelos operários. A luta pelos empregos e a defesa do povo palestino foram bandeiras agitadas pelos militantes.

Em novembro, dia 10, o Boletim Nossa Classe foi distribuído nos corredores fabris da região leste de São Paulo. Entre as fábricas, destacamos a agitação na Lorenzetti. Quatro dias depois, o Boletim esteve no portão de entrada da CBC. Chamou a atenção dos operários a defesa do povo palestino. Isso devido à monstruosa campanha imperialista contra o Hamas e em defesa do direito de Israel de promover a guerra. Houve operários que chegou a perguntar se o Boletim defendia o Hamas, o que permitiu à militância expor que esse grupo armado era a expressão da resistência do povo palestino contra os opressores colonialista, mas que era preciso defender o armamento geral da população. E mostrar que a política do Hamas se difere da do proletariado, que se expressa na revolução social e na edificação de uma república socialista na palestina.

Rio Grande do Norte

Trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UFRN paralisam suas atividades e conquistam pagamento de salário atrasado

A empresa Criart, que é do mesmo grupo da D&L (mesmos proprietários), atrasou o pagamento dos salários das ASGs, que era para ter caído até o dia 07. No mês passado, já houve também atraso.

No dia 8, algumas trabalhadoras entraram em contato com a Corrente Proletária/POR, que orientou a exigir que o sindicato da categoria (SINDLIMP) realizasse uma assembleia no Centro de Convivência (Campus Central).

No dia seguinte, um grupo de trabalhadoras decidiu parar, sem esperar o sindicato, e passou nos setores convocando as colegas para o Centro de Convivência. A Corrente Proletária compareceu ao local, onde se encontravam cerca de 20 trabalhadoras, além de militantes do Faísca/MRT.

Naquele momento, foi feita uma avaliação de que aquela quantidade de trabalhadoras não era suficiente para garantir um ato e paralisação, e poderia levar a uma grande exposição de um setor mais combativo, somado ao fato de que o sindicato da categoria não estava presente. O Faísca/MRT propôs sairmos em caminhada com as trabalhadoras em direção à Biblioteca Central, onde se realizava um evento acadêmico, para pedir a palavra e fazer uma intervenção. A Corrente Proletária discordou, no sentido de evitar maior exposição, e propôs que as trabalhadoras presentes reforçassem a convocação do sindicato para estar presente no dia seguinte, as 7h, no Centro de Convivência, para realização da assembleia, o que teve concordância.

Nesse mesmo dia, o Comitê em Defesa dos Terceirizados realizou uma reunião, onde foi discutido, dentre outras coisas, encaminhamentos de divulgação e mobilização para o dia seguinte. Foi feito um vídeo, um chamado nas redes e uma intervenção numa palestra acadêmica na Biblioteca Central.

No dia 10, o Comitê organizou três grupos de mobilização, de 3 a 5 pessoas, para estarem desde às 5h15 nas três principais entradas do Campus, no momento da chegada das trabalhadoras, para convocá-las para a assembleia das 7h. Essa atividade demonstrou ser muito importante para o sucesso da mobilização.

Às 7h00, no Centro de Convivência, compareceram cerca de 100 trabalhadores (sempre em sua grande maioria mulheres) além do SINDLIMP (após pressão da categoria) e o Comitê em Defesa dos Terceirizados. Os dirigentes sindicais assumiam uma postura de arrogância para com as trabalhadoras. Passavam-se os minutos e nada. Alguns trabalhadores já começavam a dispersar. Diante dos questionamentos sobre quando iniciaria o movimento, o Comitê começou a agitação com palavras de ordem, o que pressionou os dirigentes a iniciarem a assembleia.

O dirigente sindical procurou tomar todo o tempo, para impedir a intervenção do Comitê. Porém, membros do Comitê conseguiram fazer as suas falas. A Corrente Proletária propôs realizar uma caminhada por alguns setores da universidade, antes de chegar na Reitoria, para arrastar mais colegas que estavam sendo coagidos pelos encarregados. O dirigente sindical, autoritariamente, foi contra e deu um ultimato às trabalhadoras, de que se decidissem ir aos setores, o sindicato não iria se responsabilizar. As trabalhadoras protestaram e se posicionaram a favor da proposta.

Os autoritarismo do dirigente, sem abrir votação, gerou um impasse e mal-estar nas trabalhadoras. A situação caótica tendia à implosão do movimento, o que certamente agradaria o dirigente do SINDLIMP, que estava lá a contragosto. O Comitê poderia ter puxado uma votação, e certamente venceria a proposta da marcha pelos setores. Porém, isso seria usado como pretexto para os dirigentes do

SINDLIMP abandonarem o movimento à própria sorte. Diante disso, a Corrente Proletária conversou com as trabalhadoras de que, apesar do autoritarismo do SINDLIMP, o melhor seria ir direto para a Reitoria.

Gritando palavras de ordem, as trabalhadoras foram para a Reitoria. Chegando lá, o dirigente do SINDLIMP informou que já tinha falado com a empresa, a qual não apresentou nada concreto. Em seguida, de forma apressada, propôs a paralisação no resto do dia e nova assembleia na segunda (13), caso a empresa não pagasse. A proposta foi aprovada e o dirigente disse que fossem para casa. No entanto, o Comitê atuou no sentido de manter o movimento, como forma de pressão, até que também tivesse uma resposta da Reitoria.

Com muito contragosto, os dirigentes sindicais concordaram em participar de uma reunião, com a Pró-Reitoria de Administração e o Comitê. Na reunião, a Pró-Reitora informou que entrou em contato com a empresa, a qual disse que o pagamento cairia na própria sexta, ou seja, nada de concreto. Sobre a possibilidade de pagamento direto, a posição da Reitoria é que seria inviável, e o preferível seria esperar que a própria empresa pagasse, mesmo atrasado. Ou seja, uma postura passiva e conivente diante do problema. Além disso, a Pró-Reitora informou que estava havendo, nesse mês, um atraso no repasse das verbas de custeio por parte do governo federal.

Após a reunião, foi dado o informe às trabalhadoras das promessas vazias da empresa e da postura da Reitoria. O dirigente sindical tomou a palavra para reforçar o encaminhamento de paralisação e todos irem para casa. O movimento foi encerrado unilateralmente pelo dirigente sindical, sem abrir a palavra para que outros integrantes do Comitê pudessem falar e fortalecer o encaminhamento da paralisação.

Por volta das 13h, as trabalhadoras receberam os salários na conta. Apesar da postura desmobilizadora do dirigente sindical, a força coletiva das trabalhadoras conseguiu arrancar mais esta conquista.

Nossa reivindicação

Esse relato da mobilização dos trabalhadores terceirizados tem sido de grande importância, porque vem mostrando que somente a luta direta e coletiva é possível garantir os salários, empregos e condições de trabalho. Também assinala que a terceirização, que avançou enormemente após a aprovação da reforma trabalhista de Temer em 2017, é parte do subemprego. Que os governos e os capitalistas em vez de contratarem diretamente os trabalhadores terceirizam parte da produção nas fábricas, no setor de serviços e, em particular, na educação e saúde. A luta para colocar fim à terceirização tem de ser assumida pelas direções sindicais. Há um descontentamento generalizado entre os trabalhadores terceirizados, que tem de ser canalizado para a luta coletiva contra a terceirização e a reforma trabalhista.

A Corrente Proletária vem atuando nas mobilizações dos terceirizados, não só no Rio Grande do Norte como também em São Paulo, no combate aos acordos entre a patronal e as direções sindicais, e no enfrentamento à política do governo que implanta a terceirização nas escolas públicas. Nessa luta, a reivindicação defendida é a da efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Unidade entre trabalhadores contratados diretamente e os terceirizados, para pôr abaixo a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista.

35º CONSINASEFE

Congresso do SINASEFE Nacional

Entre 15 e 19 de novembro, em Brasília, acontece o 35º CONSINASEFE. O POR vem preparando sua intervenção, contribuindo com 4 teses – Conjuntura Internacional e Nacional, Lutas da Educação, Opressões e a questão da paridade no estatuto do sindicato – preparando intervenções nas mesas e discussões que compõe a programação, a banca de matérias e a panfletagem do Manifesto ao Congresso.

A seguir um resumo do manifesto:

Pela independência política e organizativa do sinasefe perante o governo!

O 35º Congresso do Sinasefe ocorre diante de uma conjuntura de avanço da crise econômica mundial e ataques cada vez mais duros às condições de existência dos explorados. Internacionalmente, fazem parte deste quadro: a guerra de Israel contra o povo palestino, continuidade da guerra na Ucrânia, guerra comercial entre Estados Unidos e China, avanço da escalada militar, emersão de conflitos na África e acirramento das disputas interburguesas na América Latina. Nacionalmente, estamos diante da: eleição de Lula, fracasso de tentativa de golpe da ultradireita, constituição de um governo de frente ampla, aliança burguesa cada vez mais à direita para impulsionar as novas contrarreformas e manter a condição de miséria e fome sobre a maioria oprimida. Apesar deste cenário de ataque orquestrado da burguesia nacional e do imperialismo contra a maioria oprimida, as direções dos sindicatos e centrais atuam sob a política de colaboração de classes. Cabe a este Congresso defender a independência política e organizativa do Sinasefe.

Após essa introdução, são desenvolvidos os seguintes pontos: fim do massacre sionista em Gaza; conjuntura nacional – lutar pela independência de classe; e por um SINASEFE combativo e democrático.

Partindo da crise capitalista de 2008-2009 e do esgotamento da partilha do mundo pós-segunda guerra, evidencia-se o caráter imperialista de um mês da guerra de Israel contra a Palestina, como mais um elemento do avanço das tendências bélicas, como a guerra na Ucrânia, que já está próxima de completar dois anos. A violência colonialista do Estado de Israel promovida pelo imperialismo despertou as massas mundialmente, levando a uma resposta massiva ao redor do mundo. Na análise, mostra a responsabilidade

do imperialismo na criação e financiamento do Estado de Israel e que atualmente manda aviões e submarinos atômicos como sinal de ameaça aos países do Oriente Médio e, de forma mais geral, à Rússia e à China. Que os acordos ao longo de décadas não foram e não serão cumpridos, já que o objetivo final é a implantação de um Estado militarizado e policial para cumprir o objetivo sionista de se impor no território palestino. O Estado sionista impõe o brutal massacre visando esmagar o Hamas para expandir seu colonialismo. O POR chama a base do SINASEFE a se posicionar pelo fim do massacres do Estado sionista sobre o povo palestina, pela autodeterminação da Palestina, bem como pelo fim da Guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação. Chama à organização dos comitês nacionais e regionais como parte da frente anti-imperialista.

No último período, o governo Lula/Alckmin vem dando provas contundentes de que se organiza cada vez mais à direita, dando continuidade aos ataques dos governos anteriores. Se isso já era sentido para a maioria dos explorados desde o início do mandato, para as categorias do funcionalismo ficou desmascarado com o arrocho salarial, reajuste praticamente nulo para 2024, não revogação do Ensino Médio, manutenção de medidas antigreves, cortes na Educação, Saúde e Pesquisa e novas contrarreformas como Arcabouço Fiscal e Tributária. Os explorados precisam enfrentar o governo Lula, no entanto, estão diante de direções sindicais que continuam blindando o governo e manobrando para que o descontentamento não se transforme em manifestações de rua. Está posta a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula, que se materializa na luta pelas reivindicações vitais dos trabalhadores e na independência de classe nos sindicatos e movimentos.

O Congresso será estatutário e uma análise do atual estatuto e das propostas enviadas ao congresso deverão ser feitas. Defendemos o fortalecimento do sindicato, considerando o quadro de perda de filiados e afastamento da categoria, enquanto a direção aplica a política de pressão parlamentar e jurídica. Defendemos a retomada dos métodos presenciais de organização e luta, por plenárias nacionais e assembleias presenciais. Por um plano de lutas que expresse mobilização e paralisação da categoria. Mostramos que a jornadas de luta nacional se restringem a atos da direção em Brasília, enquanto a grande maioria permanece alheia. A Corrente Proletária também enviou uma tese solicitando a retirada da cláusula de barreira da paridade de gênero. Na prática, a paridade tem dificultado a formação de chapas, é usada de forma burocrática, a ponto de em 2019 ter

impedido uma delegação de mulheres da seção Araguatins-TO de se credenciarem por não ter uma gestão com paridade de gênero. Defendemos a mais ampla participação das mulheres no sindicato, o que é garantido a partir da defesa das reivindicações mais sentidas pelas mulheres e demonstrando a elas que o sindicato é o seu lugar de luta. Também foi feito um empenho para chamar a base a se posicionar contra a inserção de mais cláusula de paridade no estatuto, ser contra a inserção das plenárias nacionais “híbridas” e ser contra a retirada da cláusula que limita a dois mandatos consecutivos para cargos da direção nacional, por entender que por trás dessas propostas está a perpetuação da burocracia e caudilhismo que já se instalou no SINASEFE. Combater por uma direção classista, única forma de alcançarmos um sindicato verdadeiramente combativo e democrático!

Rondônia

Balanço do resultado das eleições do Sintero

O processo para eleger a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), há muito tempo ocorre de forma burocratizada e à margem das necessidades vitais dos trabalhadores das escolas. As condições estatutárias são impeditivas para a formação de uma chapa de oposição classista e de luta. A existência de um estatuto burocrático é a forma de manter na mesma direção política por mais de 30 anos. Uma das exigências para a constituição de uma chapa é a apresentação de 80 pessoas.

Em anos anteriores, sempre aparecia a chapa única, com as mesmas pessoas, mudando apenas os cargos que ocupavam. Esse ano, a única diferença foi a existência de duas chapas: a chapa da atual direção e outra de servidores descontentes com os encaminhamentos e os métodos utilizados pelas seguidas direções do Sintero.

A eleição do Sintero aconteceu no dia 1º de novembro. Concorreram duas chapas 1 e 2. A chapa vencedora para o triênio de 2024/2026 foi a chapa 2 da atual direção, “Juntos somos fortes”, predominantemente do PT.

A chapa 1, com slogan #oposição somos nós! composta por diversos trabalhadores de educação que se auto denominavam de independentes politicamente, mas, na sua composição havia muitos oportunistas de partidos de direita e ultradireita.

Como resultado da eleição, a chapa 1 obteve 2.893 que correspondem a 35,69%, do total de 8.170 votantes. A chapa 2 conseguiu 4.463 votos, que corresponde a 55,05%.

A Corrente Proletária, diante das dificuldades burocráticas, não pôde constituir uma chapa classista, democrática e de luta. Mesmo assim, convocou os trabalhadores da educação para discutir o processo eleitoral e, avaliar as condições para apresentar uma chapa de oposição. Também ficou evidente que era impossível apoiar, mesmo criticamente a chapa 1, por suas posições oportunistas, que se materializaram em uma oposição à direita da chapa 2, que é de continuidade à política de conciliação de classes.

Essa debilidade da Corrente Proletária é um problema que precisa ser superado. O que depende do trabalho sistemático junto às escolas, no sentido de constituir uma fração revolucionária para enfrentar os governos e as direções conciliadoras, em defesa não só das condições elementares dos trabalhadores da educação, mas também dos explorados em geral, que padecem da fome e miséria. Portanto, fortalecer a Corrente Proletária no seu combate ao corporativismo e à conciliação de classes da direção do Sintero, bem como ao sistema capitalista apodrecido, à burguesia e seus governantes. Lutando, assim, em defesa de uma sociedade socialista.

Rio de Janeiro

É preciso dar um basta à política de colaboração de classes das direções populares e sindicais

Durante as eleições de 2022 para presidente da República, ficou escancarado como o movimento negro foi inteiramente cooptado pelo PT, para servir como satélite político de sua política de conciliação de classes. Os discursos de que Bolsonaro seria pior para a população pobre negra estiveram presentes na boca da maioria dos militantes do movimento.

No momento atual, quando voltou à tona os processos de privatização dos presídios, fica evidente como a direção do movimento negro tem memória curta e age de forma oportunista com o governo que ajudou a eleger. Engana-se quem pensa que o problema em torno aos presídios esta somente na figura do vice-presidente Geraldo Alckmin e não do governo como um todo. É fato que Alckmin teve no seu governo o coronel Nivaldo Cesar Restivo, um dos policiais diretamente envolvido na matança de 111 presos, em 1992. E é fato que o processo contra Restivo se prescreveu sem que fosse a julgamento. Mesmo assim se tornou vice-presidente de Lula e responsável pela privatização de presídios.

A população penitenciária, em sua maioria composta por homens negros, pobres e jovens, agora está na mira do processo de privatização encabeçado pelo governo Federal, onde as empresas que administram as cadeias passam a extrair lucro do sistema carcerário, seja com o trabalho dos presos, seja por meio de subsídios.

É preciso dizer que nos estados um amplo processo de privatizações de diversos serviços públicos vem acontecendo, parte deles com a participação do governo Lula, como nos casos do metrô de Recife e de Belo Horizonte. Em SP, o governador Tarcísio tem impulsionado um amplo movimento privatista, com objetivo de entregar aos capitalistas a água e os transportes sobre trilhos.

A ofensiva privatizante é uma diretriz do capital imperialista e é assumida por todos os governantes, sejam de direita, ultradireita e centro direita, a exemplo do PT. Mas as direções sindicais e populares, que incluem o movimento negro, se recusam a organizar um combate nacional contra os planos de privatização.

A luta contra a privatização dos presídios não significa a sua defesa. Ao contrário, o sistema prisional é uma parte do aparato do Estado burguês que serve para encarcerar uma massa de jovens pretos, que são empurrados para a marginalidade devido ao capitalismo apodrecido. A justiça burguesa é a responsável por dar uma máscara de legalidade a esse processo de exclusão social. Está aí por que é preciso defender o programa da classe operária, que tem como estratégia o fim do capitalismo, raiz das discriminações, punições, prisões etc. A privatização dos presídios, depois de um longo período de terceirização dos serviços internos, evidencia tão somente a que ponto chega a burguesia ao querer extrair lucros de toda espécie de negócios.

Nesta edição:

Palestina

- Um mês de massacre de palestinos na Faixa de Gaza;
- Intervenção do POR da Argentina no ato realizado em Neuquén, em 4 de novembro;
- Intervenção do POR do Brasil nos atos da palestina;
- Atividade na UFABC sobre a Palestina;
- A que ponto chegou a intervenção militar na Faixa de Gaza;
- Massas 484 – sionismo e antissemitismo.

Lênin

- Discurso de Lênin sobre antissemitismo;
- Projeto de Lei sobre a Igualdade das Nações e a Salvaguarda dos Direitos das Minorias Nacionais.

Argentina - Anulamos o voto com a política da classe operária.

Trotsky - A Guerra e a Internacional, capítulos IX e X.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da IV Internacional

(11)95446-2020 pormassas.org

[@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) -- [anchor.fm/por-massas](https://www.anchor.fm/por-massas)



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Um mês de massacre de palestinos na Faixa de Gaza Pelo fim imediato dos bombardeios e da invasão militar do território palestino

O enfrentamento à barbárie sionista depende da mobilização dos explorados no Oriente Médio e em todo o mundo

Constituir a frente única anti-imperialista, sob a política do proletariado

Em defesa da autodeterminação do povo palestino

7 de novembro de 2023

O balanço de um mês da guerra desfechada pelas Forças de Defesa de Israel se resume: 1) na maior operação militar da história da implantação do Estado sionista contra os palestinos na Faixa de Gaza; 2) no maior cerco aos palestinos, para impor-lhes a fome, sede e toda sorte de privação existencial; 3) na maior destruição urbana, desproteção hospitalar, desabrigo e deslocamento humano do norte para o sul; 4) no maior número de mortos, destacando a matança de crianças; 5) na sistemática campanha internacional do imperialismo justificando a carnificina e a prepotência militar do Estado sionista. Há que se acrescentar o imediato apoio dos Estados Unidos à estratégia do governo Netanyahu de esmagar o Hamas a qualquer custo, e a incapacidade da ONU de contrariar o poder dos Estados Unidos e de sua aliança imperialista.

É fundamental nesse balanço a onda de manifestações que sergueu em todo o mundo contra o genocídio dos palestinos da Faixa de Gaza. Constituiu-se uma ampla e massiva frente de luta internacional pelo fim imediato da guerra de ocupação do Estado sionista no território de Gaza. Essa bandeira é de conteúdo anti-imperialista e antissionista. Contrapõe-se ao colonialismo histórico implantado no território palestino pelas forças imperialistas vencedoras da Segunda Guerra Mundial e responsáveis pela nova partilha do Oriente Médio. Impedir que o Estado sionista se utilize do ataque do Hamas no dia 7 de outubro como justificativa para a

matança indiscriminada dos palestinos e a retomada da ocupação da Faixa de Gaza é, no momento, fundamental para continuar a luta pela autodeterminação do povo palestino e recuperação de seu território original.

Neste um mês de bombardeio, destruição e matança, agravou a crise no Oriente Médio. O envio de porta-aviões e submarino atômico pelos Estados Unidos nas imediações dos países que podem sair em defesa da Faixa de Gaza refletiu a possibilidade da conflagração se expandir para o Oriente Médio. As armas do imperialismo foram apontadas principalmente para o Irã, Líbano e Síria. Mas, sem dúvida, constituem uma ameaça a todos os países árabes e não-árabes que condenaram a intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza.

Os governos dos países árabes estão sob intensa pressão de suas populações que suportam o saque imperialista e a política da feudal burguesia, que, desde a derrota da guerra de Yom Kippur, de 1973, se curvaram ao colonialismo sionista. Que também contribuíram para os Estados Unidos montarem a farsa dos acordos de Oslo, dividirem os palestinos e enfraquecerem a resistência ao colonialismo, que passo a passo foi anexando cada vez mais parte do território do povo palestino. O arsenal de guerra dos Estados Unidos movimentado em apoio às Forças de Defesa de Israel, na realidade, serve para atemorizar as massas árabes, persas e outras

nacionalidades para que não empurrem seus governos a apoiarem militarmente o indefeso povo de Gaza. Apontam também à Rússia e China para que se mantenham distantes da crise militar e política que vem abalando o Oriente Médio.

Nessas condições, foi imposto um brutal isolamento à Faixa de Gaza, que, nesses trinta dias de guerra contra um povo indefeso, que permitiu a mais completa liberdade para Israel promover as matanças e ocupar o território. Nem mesmo as ameaças do Hezbollah, até o momento, serviram para romper a muralha do isolamento. De fato, as forças favoráveis aos palestinos de Gaza se encontram na onda mundial de manifestações contrárias ao genocídio.

Por mais que o imperialismo e a burguesia sionista tenham feito uma campanha diária de defesa da destruição da Faixa de Gaza e matança, repetindo e repetindo, a justificativa do direito de responder ao ataque “terrorista” do Hamas, a operação de guerra das Forças de Defesa de Israel comparece como prepotente e tipicamente colonialista. O sionismo e o imperialismo não foram capazes de ganhar as massas mundiais porque a realidade crua e nua se choca com a máscara ideológica do direito de defesa. Israel não está se defendendo contra o Hamas, está usando de toda sua força para manter o encarceramento dos palestinos na Faixa de Gaza e para continuar avançando a anexação da Cisjordânia por meio dos assentamentos judeus e da militarização.

Na realidade, todo o território palestino está sob o controle do Estado sionista. O que falta é quebrar a resistência que persiste entre as massas palestinas, como se expressou nas Intifadas e no

apoio à resistência armada do Hamas. A falência dos acordos de Oslo se colocou desde o princípio, uma vez que o Estado sionista não poderia e não pode ter ao seu lado um Estado palestino que seja independente e capacitado a se armar em sua defesa. Em sua base, estava a colonização forçada, a expulsão dos palestinos pela via das armas, as guerras contra os árabes e os choques constantes das massas palestinas com seus colonizadores. Agora, a guerra assumiu uma feição mais acabada da implantação de um Estado militarizado e policial para cumprir o objetivo sionista de se impor no território palestino. As formas de resistência armada do Hamas são expressões do choque da nação oprimida diante do colonialismo e do Estado militar do colonizador.

Sem uma direção proletária, que encarnasse o programa da revolução social e, como parte dela, a realização da tarefa democrática de conquistar a autodeterminação dos palestinos, somente poderia ocorrer a resistência na forma dos ataques militares do Hamas, ou então, a capitulação como se passou com o Fatah-OLP que depôs as armas e submeteu a Cisjordânia à anexação colonialista. É o que explica a ausência de armamento popular e a completa vulnerabilidade diante das poderosas ações militares do Estado sionista. Não por acaso, o governo de Netanyahu organiza os colonos judeus na Cisjordânia em milícias armadas. O contrário tem ocorrido com os palestinos, que nas Intifadas se mostraram instintivamente dispostos ao armamento popular, sem, contudo, contar com uma direção à altura de enfrentar em condições muito difíceis o colonizador. Essa é a maior das tragédias do povo palestino, que se estampa nos brutais acontecimentos na Faixa de Gaza.

Intervenção do Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), no ato realizado em Neuquén, em 4 de novembro.

Enfrentar a barbárie capitalista unindo as forças da classe operária e dos oprimidos do mundo

Preparemos uma campanha de mobilizações de repúdio contra a política de extermínio do povo palestino

Após 26 dias, desde o início dos bombardeios, o Ministério da Saúde de Gaza informa que mais de 9.000 palestinos foram assassinados pelo Estado de Israel, incluindo 3.700 crianças. O exército continua com a invasão terrestre, enquanto o “corredor humanitário” para o Egito foi aberto através do qual a expulsão dos palestinos continuará.

O massacre está sendo realizado com o apoio aberto das principais potências imperialistas e o silêncio cúmplice da grande maioria dos governos burgueses do mundo, sob o argumento da “legítima defesa de Israel”. Governos descreveram a ofensiva militar sionista como “desproporcional” e, em linha com a ONU, pediram um cessar-fogo. Nada mais do que uma pausa na guerra para garantir a evacuação dos palestinos, sem sequer conseguir garantir esse cessar-fogo e a chegada de alimentos, remédios, água e energia à Faixa de Gaza.

Não podemos esperar uma resposta consequente da burguesia e do imperialismo, todas as suas frações são incapazes de deter este genocídio. Somente a luta internacional da classe operária pode enfrentar consequentemente a barbárie capitalista. Os trabalhadores dos transportes na Bélgica indicam o caminho, com os seus principais sindicatos anunciando que bloquearão o envio de armas a Israel. Os oprimidos em todo o mundo devem seguir este caminho e tomar a luta contra este genocídio nas suas próprias mãos.

O POR chama os partidos que se reivindicam de esquerda, populares e democráticos, as organizações dos oprimidos, os sindicatos e agrupações sindicais, os movimentos de desempregados, as organizações de Direitos Humanos, os centros estudantis etc., para que travem esta batalha em unidade: denunciando as atrocidades que o Estado sionista pratica diariamente, chamando a realizar ações práticas de boicote contra o Estado de Israel, a desrespeitar todos os acordos comerciais, a boicotar empresas dessa origem e os seus produtos.

É preciso continuar e aprofundar as mobilizações de massa como as que ocorrem em todo o mundo para impor urgentemente as medidas necessárias para deter o genocídio.

Pela unidade dos povos explorados e oprimidos do mundo em defesa dos palestinos! Apoio internacional à resistência palestina!

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

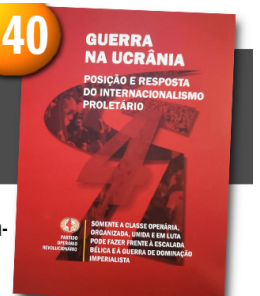
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Por uma República Socialista da Palestina e pelos Estados Socialistas Unidos do Oriente Médio!

Estamos assistindo a uma guerra de ocupação decretada pelo Estado sionista. É uma guerra travada por uma potência militar com capacidade nuclear, com o apoio das potências, especialmente dos Estados Unidos. A operação militar do Hamas em 7 de outubro e as mortes não foram um acontecimento pontual, inesperado e fugaz. Foram mais episódios de uma série de confrontos mortais entre ocupantes judeus e palestinos autóctones.

Desde 2020, houve uma intensificação do avanço da colonização da parte de Israel. O “Acordo do Século”, assinado com os EUA, durante o governo Trump, afirmava o reconhecimento da soberania de Israel sobre os territórios ocupados e seu apoio, mesmo diante das sanções impostas pela Europa. A reforma judicial levada a cabo por Netanyahu e amplamente combatida pela população de Israel visava remover quaisquer obstáculos a uma maior expansão.

Diante das expulsões sistemáticas na Cisjordânia e o cerco a Gaza, as massas resistem como podem. Com greves, mobilizações e confronto militar contra os colonos e seu exército. O exército responde com incursões militares para dar uma lição à população palestina. O resultado é sempre contra a população autóctone. Em julho de 2023, um novo recorde de mortes de crianças já havia sido imposto na Cisjordânia.

Não é algo excepcional, é uma estratégia colonial levada a cabo pelo sionismo antes mesmo de 1948. Cerco sistemático, expulsões

violentas e desapropriações de terras são a forma de existência desse Estado. Não há paz possível enquanto o Estado de Israel existir e tampouco haverá autodeterminação para o povo palestino. A tendência é Israel continuar anexando violentamente as terras restantes.

O Hamas é a organização que após a primeira intifada (levante insurrecional palestino, 1987) se colocou à frente de todas as rebeliões populares. NÃO é um partido operário, declara-se jihadista, nacionalista e islâmico, e proclama como seu objetivo buscar a libertação da Palestina e criar um Estado palestino independente.

A orientação política e militar do Hamas, que extrai sua força da opressão nacional extrema, expressa a crise de direção. Os explorados terão de construir partidos revolucionários que orientem a luta de libertação nacional para a revolução social, para alcançar a unidade entre trabalhadores palestinos e judeus na luta por uma República Socialista da Palestina, que faz parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse caminho depende da vanguarda com consciência de classe lutar pela derrota do sionismo e do imperialismo, desenvolvendo o programa de revolução social.

Em defesa da autodeterminação do povo palestino! Por um movimento de frente única anti-imperialista para derrotar o Estado sionista! Fora os Estados Unidos do Oriente Médio!

Intervenção do POR - atos palestina

São Paulo

Manifestação no Dia Mundial de Solidariedade ao Povo Palestino

O dia 4/11 foi marcado por manifestações em várias cidades do Brasil, como em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Natal, Recife e do mundo, a exemplo de Washington DC, Londres, Teerã, Berlim, Paris, Ancara, Buenos Aires, Taipei e outras. Os atos fizeram parte de uma ação convocada em escala internacional, intitulada de Dia Mundial de Solidariedade ao Povo Palestino. A atividade na capital paulista contou com uma marcha e teve mais de 10 mil pessoas. O POR esteve presente com seus materiais de propaganda e uma coluna no interior da manifestação. Foi o ato mais massivo na cidade desde o início do conflito. Participaram diversas entidades, movimentos e partidos de esquerda.

Prevaleceu, do ponto de vista do conteúdo, uma linha democratizante e pacifista, devido à suas direções. As palavras de ordem “Palestina Livre” e “Pela ruptura das relações diplomáticas e econômicas entre Brasil e Israel” acabaram se destacando, ao lado de gritos de denúncia do massacre. A primeira palavra de ordem esconde a classe capaz de lutar pela autodeterminação do povo palestino, bem como o método de luta a ser empregado. Trata-se, portanto, de uma reivindicação limitada ao nacionalismo burguês e pequeno-burguês. A segunda é uma reivindicação democrática que não está errada por princípio, até pode ser utilizada em determinadas circunstâncias, desde com muita propriedade, porque é manejada pelos pacifistas e democratizantes do todo o tipo. Mais concretamente, tem sido evocada como parte da política de boicote ao Estado sionista, desviando as massas da tarefa central, que é mobilizar os oprimidos pelo fim do massacre, com os métodos da luta de classes.



A linha defendida pelo POR pressupõe o combate às forças imperialistas, que impuseram e sustentam o Estado sionista. Daí a defesa de uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária palestina, árabe e judia, visando a expulsar o imperialismo do território palestino e recuperar os territórios invadidos pelo Estado sionista. A palestina democrática virá da luta de classes contra o regime de opressão nacional e pela defesa de uma república socialista do povo palestino. Será parte da luta geral dos povos árabes oprimidos, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. A estratégia da implantação de uma república socialista palestina não se contrapõe à formulação democrática de um Estado único e democrático. É obrigatório compreender e estabelecer a relação intrínseca entre a tarefa democrática de acabar com o Estado sionista e a luta do proletariado pela revolução socialista. O movimento revolucionário apoia toda medida de combate democrático ao colonialismo sionista. E luta sob o programa da revolução social e, portanto, da constituição de uma República socialista, que fará parte das profundas transformações no Oriente Médio, que conduzirão ao objetivo histórico da constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Foi com esse programa que o POR interveio na manifestação. Trata-se de penetrar no seio dos explorados com a política do proletariado diante da guerra. A iniciativa de realizar manifestações simultâneas em várias partes do mundo está de acordo com a necessidade de pôr fim ao massacre. O POR defende que se impulsione e aprofunde esse método, dando passos no sentido da conformação da frente única anti-imperialista.

Recife

Ato mundial contra o genocídio do povo palestino

No dia 04 de novembro, o Comitê de Solidariedade Palestina-Pernambuco somou-se aos atos do dia mundial de solidariedade ao povo palestino e organizou uma manifestação na capital pernambucana. O ato iniciou-se na praça Oswaldo Cruz, marchou pela avenida Boa Vista e concluiu no consulado dos Estados Unidos. Foi um ato democrático, preparado coletivamente com fala aberta a todos os apoiadores da reivindicação de fim do massacre do povo palestino.

As faixas do comitê tiveram o seguinte conteúdo: responsabilizar o imperialismo estadunidense pelo massacre; exigir do governo brasileiro que rompesse todos os acordos com o Estado sionista de Israel; e denunciar o genocídio palestino, exigindo seu fim. Em frente ao consulado, os manifestantes gritaram: “Estados Unidos, Estado assassino, financia o massacre palestino”. E “Estado de Israel, Estado assassino. Viva a resistência do povo palestino”.

Bandeiras de Israel e dos Estados Unidos foram manchadas de tinta vermelha, representando o sangue dos milhares de palestinos assassinados por conta da ocupação colonial promovida pelo Estado sionista sob o comando e proteção do imperialismo, sobretudo norte-americano. Ainda que uma significativa vanguarda estivesse presente, notou-se a baixa participação dos sindicatos e bases dos movimentos sociais, além de um engajamento de partidos como PT, PSOL e Pcdob muito aquém de suas forças e influência. Sinalizando um encolhimento diante dos mesquinhos cálculos eleitorais.

A CSP-Conlutas tem integrado o comitê desde seu início e a CUT se somou às vésperas do ato, mas a central esteve presente com um pequeno bloco de sindicalistas da educação. A classe operária permanece à margem dos acontecimentos, fruto da despolitização que soterrou o internacionalismo que marcou as primeiras lutas operárias no país. É preciso exigir das centrais e sindicatos que convoquem suas bases a aderirem à frente única anti-imperialista que vem se erguendo em torno da defesa do povo palestino. Por essa via é possível ligar as reivindicações dos explorados e oprimidos brasileiros com os demais povos oprimidos do mundo.

Diferente do primeiro ato, de 19 de outubro, em que a vereadora do PT Liana Cirne condenou o Hamas e exaltou a Autoridade Nacional Palestina, sendo seguida também por uma representante do PSOL, que condenou o Hamas, neste ato mais de uma fala ressaltou a importância da resistência do povo palestino, inclusive por meio do Hamas e do armamento das massas, a exemplo da fala do Mangue Vermelho/Nova Democracia e da UJC-PE, ligada ao PCB-RR.

Publicamos aqui o texto que foi lido como jogral: “O comitê de solidariedade à Palestina – Pernambuco está nas ruas hoje com milhares de manifestantes no Brasil e no mundo. Dizemos em alto som: Basta de genocídio do povo palestino. A cada 9 minutos uma criança palestina é assassinada. Já são mais de três mil! Mais de

9.000 mortos em Gaza. Hospitais bombardeados. Internet cortada. Alimentos e água chegando ao fim. São 75 anos de Genocídio! Estamos em frente ao consulado dos Estados Unidos porque o imperialismo financia o massacre do povo palestino. Basta de bombardeios! Exigimos do governo brasileiro que rompa todos os acordos com o Estado genocida e sionista de Israel. Trabalhadores no mundo estão boicotando o envio de armas para Israel. Até judeus são perseguidos por lutar contra o sionismo. Temos que fortalecer todas as ações de solidariedade. Viva a resistência heroica do povo palestino!”.

O POR integra e impulsiona o Comitê, contribuindo com a organização e divulgação do ato. Passamos em salas de aula na UFPE, junto com estudantes, com um boletim próprio da CPE. No ato, montamos nossa banca de materiais, distribuimos o manifesto do POR e marchamos com uma faixa defendendo uma frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação do povo palestino.

Transcrevemos o pronunciamento do POR, no ato, em frente ao consulado dos EUA.

“Eu vou fazer a minha fala em nome do Partido Operário Revolucionário, que é uma das organizações que integra o Comitê de Solidariedade ao povo palestino – Pernambuco. É importante que a gente esteja nas ruas hoje, junto com milhões de pessoas que estão em várias cidades no Brasil, na Europa, na América Latina e no Oriente Médio, nesse dia mundial de solidariedade ao povo palestino. Estamos aqui para dizer bem alto: Basta de genocídio! Palestina livre! Esse é o nosso chamado. Nesse momento a cada 9 minutos morre uma criança palestina assassinada pelas bombas financiadas pelo imperialismo estadunidense. É preciso saber que tem um povo que não só morre, nesse momento, mas um povo que resiste e luta contra essa ocupação colonial contra esse enclave imperialista que é o estado de Israel. Estamos aqui para saudar a resistência palestina. E se nós queremos o fim do genocídio, não basta o cessar fogo porque antes desses acontecimentos de 7 de outubro já estava acontecendo um genocídio há décadas. Temos que saber quais serão os caminhos para o povo palestino sobreviver e defender o seu território. Já houve a experiência com as burguesias árabes que capitularam e abandonaram o povo palestino. Já houve a experiência com o falso humanitarismo da ONU, que com a ideia de dois Estados acoberta que, dia após dia, crescem as fronteiras de Israel. A solução, a libertação, a autodeterminação do povo palestino vai depender de uma luta operária e camponesa, uma luta anti-imperialista. Nós do Partido Operário Revolucionário chamamos à construção de uma frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação do povo palestino porque a Palestina só vai ser livre só vai se ter um Estado onde judeus e palestinos possam conviver quando a gente tiver um estado operário lá nesse território essa libertação vai ser fruto da revolução socialista.”

Rio Grande do Norte

Ato em defesa da Palestina em Natal

O ato em solidariedade à Palestina ocorreu no dia 4 de novembro. Contou com cerca de 100 militantes de partidos como PSOL, PCB, PCB RR, MRT, PSTU, POR e alguns mandatos de vereadores e deputados.

A tônica do ato foi a denúncia do massacre, a defesa da Palestina, exigência de “cessar fogo” e que o governo Lula rompa as relações diplomáticas com Israel.

A intervenção do POR se deu com manifesto, divulgação do jornal Massas e intervenção no carro de som. A fala do POR ressaltou o fracasso da campanha da mídia imperialista em tentar passar

Israel como vítima, demonstrado pelos atos multitudinários pelo mundo em defesa da Palestina, colocou os EUA como os grandes responsáveis pelo massacre por apoiarem Israel, denunciou a cumplicidade da Autoridade Nacional Palestina com Israel, e defendeu o armamento geral das massas palestinas, o levante revolucionário dos povos árabes e persas numa luta anti-imperialista, para constituir os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

No mesmo dia, formou-se um Comitê em defesa da Palestina, com as organizações presentes, que teve sua primeira reunião no dia 6, que aprovou um calendário de mobilização que culminará em novo ato no dia 29 de novembro.

São Paulo

Ato em defesa da Palestina em São Paulo expõe a crise de direção do proletariado

No dia 12 de novembro ocorreu uma marcha em defesa do povo palestino contra o massacre, que vem sendo feito pelo Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza. A manifestação que contou com mais de mil pessoas foi marcada profundamente pela política pacifista da direção da frente palestina organizadora do ato, que conta, entre outras organizações, com o PSTU, PCdoB e PSOL. Foi marcada, também, pela ausência da classe operária e das bases das demais categorias de trabalhadores.

A manifestação iniciou e finalizou com a divisão do movimento. Logo na concentração, o PCO ficou separado, inclusive com carro de som próprio. Isso por que a frente organizadora do ato não aceita a defesa do Hamas feita pelo PCO, o que levou ao cúmulo do enfrentamento físico no final da marcha. Essa posição da direção, de excluir parte dos que estão pela defesa do povo palestino, é burocrática, autoritária e enfraquece o nosso apoio ao povo oprimido, ou seja, acaba por fortalecer a posição do imperialismo. O erro do PCO está em transformar a defesa incondicional do povo oprimido, o que implica a defesa do Hamas contra a reação sionista, em apoio ao Hamas (chegando inclusive a chamá-los de heróis). Mas esse erro não os coloca do lado do sionismo e do imperialismo, portanto não justifica sua exclusão dos atos de frente única. Cabe ressaltar ainda que suas estratégias não divergem, pois a defesa do PCO de um “governo popular” para a Palestina está de acordo com a bandeira de “Palestina livre” defendida pela maioria das esquerdas, em especial pelas organizações na frente palestina, ou seja, defendem que a solução é a implantação de um Estado democrático burguês palestino.

Outro elemento importante é que a manifestação seguiu as ordens de não fechar completamente uma das vias da avenida Paulista. Isso quando, de um lado, a manifestação era grande o suficiente para ocupar a via inteira e, de outro, a avenida Paulista de domingo já fica fechada e só não estava nesse dia por conta do ENEM. Além disso, é preciso lembrar que na manifestação anterior (do dia internacional em solidariedade à Palestina, em 4 de novembro), essa direção também tentou manter uma das faixas da via livre como exigia a polícia, o que só não ocorreu porque os manifestantes não aceitaram essa imposição.

É preciso destacar também que na manifestação do dia 4 o POR não pôde falar e quase foi impedido novamente no dia 12. A precariedade do carro de som principal, que falhou por diversas vezes e encurtou em muito o tempo para as falas políticas, aliado à falta de



empenho e vontade política de garantir a fala dos partidos – que sempre ficam para o final – levou a que a fala do POR ocorresse no momento em que começava a se instalar o conflito com o PCO e que a organização decidia encerrar a manifestação, mesmo com inscrições para falas pendentes.

Esse conjunto de acontecimentos expressa a política democratizante e pacifista, portanto burguesa, da direção do movimento. Somente o POR expressou uma política classista, portanto proletária, de defesa do povo palestino. Desgraçadamente, pesa sobre os ombros dos oprimidos a crise de direção revolucionária diante da agudização da barbárie capitalista. É imperativo superar as direções reformistas, estalinistas e centristas, que capitulam na luta de classes com suas saídas democratizantes burguesas, e erguer uma direção revolucionária que ponha na ordem do dia a resposta da classe operária, que é erguer uma frente única anti-imperialista para pôr fim imediato à matança na faixa de Gaza e defender a destruição do Estado Sionista e a edificação de uma República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Rondônia

Manifestação em Porto Velho em solidariedade ao povo palestino

Aconteceu, na UNIR/Centro, no dia 14 de novembro, o primeiro ato organizado e convocado pelo comitê de apoio à resistência palestina. Em princípio, havia um chamado para uma manifestação de rua, porém, avaliou-se que deveria ser em local fechado, pela quantidade de pessoas.

O POR esteve presente distribuiu o manifesto nacional, expôs suas bandeiras e pirulitos da campanha, divulgou o Jornal Massas e livros. As falas predominantes no ato foram dos militantes da corrente maoístas, que atuam na universidade e Ifro, que apresentaram a palavra de ordem, “Palestina livre”. Como protesto, foi queimada as bandeiras dos Estados Unidos e de Israel.

O pronunciamento do POR iniciou ressaltando a importância do ato, como parte das manifestações que ocorrem no mundo todo. Enfatizou a necessidade da frente única anti-imperialista para ex-

pulsar o imperialismo e combater o Estado sionista de Israel. Mostrou a importância da luta contra o massacre imposto por Israel ao povo palestino, a defesa da nação oprimida contra os opressores colonialistas. Por fim, destacou as duas bandeiras do partido, que é a luta do proletariado árabe, palestino e judeu para implantar uma república socialista, e a bandeira história dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

No final do ato, foi feito um balanço político. Nesse momento, o POR mostrou que não é possível se apegar ao número pequeno de manifestantes. Esse número expressa uma vanguarda que inicia a luta em defesa do povo palestino, num estado do Brasil marcado por partidos direitistas e ultradireitistas. E que a tarefa é ampliar essa luta convocando as direções sindicais e a CUT, bem como os movimentos populares e estudantis, para potencializar essa resistência pelo fim do massacre ao povo palestino.

São Paulo

Debate no Comitê de luta da Lapa

No dia 11 de novembro foi realizado o primeiro debate sobre a guerra do Estado sionista de Israel contra o povo palestino. Essa atividade contou com a presença de professores e militantes da região, que engloba a subseção da Apeoesp-Lapa. Chamou a atenção o fato de correntes como PSOL (Resistência), PCB e PT (Articulação) boicotarem o debate. Mas, isso se deve à derrota eleitoral dessas correntes nas eleições da regional, em maio. Até o momento, não aceitaram a vitória da chapa 2, PSTU, POR, CST e Esquerda Marxista (hoje OCI). O importante é que a nova direção da subseção vem promovendo discussões políticas sobre a situação política internacional, nacional e estadual, bem como se diferenciando da política de conciliação de classes da diretoria da Apeoesp de sustentação do governo burguês de Lula.

No momento em que o Estado colonialista de Israel realiza um brutal massacre dos palestinos, em sua maioria de mulheres e crianças, o chamado para a discussão sobre a guerra e a luta contra a campanha imperialista de proteção a Israel é uma tarefa de toda corrente que está na direção de um sindicato. Foi nesse sentido, que o POR propôs o debate durante uma reunião da executiva e as demais correntes que compõem a direção da subseção apoiaram e fizeram o esforço para o êxito da atividade.

O debate contou com quatro exposições: 1) Soraya Misleh, militante do PSTU e da Frente em Defesa do Povo Palestino; 2) Osvaldo de Souza, militante do POR; 3) Lorena Fernandes, militante da CST; 4) Arthur M. Penna, militante da OCI. A maioria dos expositores se concentrou na explicação da enorme opressão secular que vem sofrendo os palestinos, o domínio do Império Otomano, o poder da Inglaterra após a 1ª guerra mundial e a hegemonia dos Estados Unidos, que resultou na edificação do Estado de Israel, através da ONU, como enclave da potência vencedora da 2ª

Guerra Mundial. Coube a Soraya, palestina-brasileira, a narração do colonialismo expansionista de Israel sobre a região palestina e, a consequente expulsão de milhões de palestinos pelo mundo, que incluía sua família.

O militante porista se diferenciou dos demais expositores, porque mostrou a importância da luta anti-imperialista, que permite a unidade dos árabes e judeus, sob a direção do proletariado, para derrotar a opressão sobre a nação oprimida. Iniciou sua fala mostrando que Israel é produto do imperialismo, tanto pela ação dos países imperialistas em sua criação e manutenção, fortalecimento bélico etc., ao longo de mais de um século, quanto por ser expressão da etapa imperialista do capitalismo, como expressão do capital financeiro e resultado da partilha do mundo no pós guerra. Portanto, sua destruição está vinculada à luta por erguer uma frente única anti-imperialista. Combateu a campanha falaciosa da imprensa burguesa contra a resistência do grupo Hamas, e mostrou a diferença entre a política nacionalista-teocrática do Hamas com a política do proletariado, que se expressa no combate pela revolução social e em defesa de uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Concluiu sua exposição ressaltando a crise mundial de direção, que se agudizou com a restauração capitalista estalinista, com a dissolução da III Internacional e a eliminação da URSS, e a desintegração da nascente IV Internacional, após o assassinato de Trotsky. O que vem dificultando a unidade mundial dos explorados, apesar das manifestações que ocorrem por toda parte contra o massacre do Estado sionista de Israel. O que traz a urgência de reconstruir o Partido Mundial, a IV Internacional.

Atuação do POR no Comitê da Palestina

1ª Reunião - 8 de novembro

A “Reunião Unidade Palestina” que ocorreu 8/11 teve a presença de organizações governistas, centrais sindicais, movimentos sociais e partidos. A bandeira geral entre eles é a de cessar fogo com apelos burocráticos e midiáticos. Apesar de citados bloqueios a portos, não foi feita a menção de ação direta coletiva operária, mas sim boicotes individuais a marcas com o BDS (boicote, desinvestimento e sanções).

Foi tentado rechaçar e tomar medidas contra o PCO por ter discordado dos acordos conversados de bandeira muito grande, caminhão de som próprio, que a bandeira do Hamas não é tática, pois gera represálias das massas e o ataque da mídia aos atos.

O POR defendeu a linha política com 2 falas de 2 camaradas. Na primeira, se tentou explicar que em um ato massivo é pouco provável controlar as ações individuais dos manifestantes com a polícia, e alertou a questão de classes da polícia, que seu papel nas manifestações tem a única finalidade de reprimir. Apontamos que, para constituir uma unidade de luta, devemos incorporar as reivindicações mais imediatas dos oprimidos brasileiros, além disso, os sindicatos e centrais sindicais deveriam organizar a classe em uma paralisação, chamando assembleias, assim, cada sindicato poderia anexar suas reivindicações a partir da democracia operária. Essa paralisação deveria ser na forma de um Dia Nacional de Lutas, com bloqueio e piquetes. Advertimos que a luta em apoio ao povo palestino para ser verdadeira, precisamos organizar a luta anti-imperialista, tendo em vista que o massacre em Gaza é financiado pelo imperialismo estadunidense.

A segunda fala surgiu pela necessidade de corrigir os camaradas em torno da proposta de achincalhar a posição política do PCO que levou as bandeiras dos Hamas na manifestação do dia 4 de novembro. A proposta era de redigir um texto explicando que a maioria dos partidos e organizações sociais que participaram do ato não faziam a defesa da única resistência armada na Palestina. O POR defendeu que, apesar das divergências com PCO, não deveria haver exclusões e que se tratava de fortalecer a frente única anti-imperialista. O POR se veria obrigado a negar a assinatura desse possível texto de retaliação aos militantes do PCO.

2ª Reunião - 13 de novembro

A reunião começava quando entrou no local dois militantes do PCO, a reação da direção da frente foi imediata: “Vocês não estão convidados para essa reunião”, “vocês têm de se retirar” etc. Ao que o PCO respondeu: “nós viemos aqui para conversar”. Um bate-boca se instalou e o PSTU puxou um coro de “fora, fora, fora!” para o PCO. Entreviemos dizendo que deveríamos ouvir o que os companheiros tinham a dizer. O PCO reivindicou uma fala. A direção lhes concedeu 2 minutos e depois disso eles deveriam sair.

O PCO fez sua fala com diversas críticas à organização do ato e expôs que alguns militantes ficaram feridos no conflito físico que aconteceu entre eles e a segurança do ato. No fim da fala outro bate boca se instalou. Nos levantamos contra a expulsão e ouvimos de alguns membros da direção que “quem estiver contra a expulsão que vá junto!”. O PCO decidiu se retirar. Um militante da CUT

que também tinha feito a defesa da permanência do PCO se retirou logo depois. Nós decidimos ficar para expor nossa posição sobre o problema. Abriu-se uma rodada de intervenções para avaliação do ato e do problema.

A fala do POR foi uma das primeiras, o que fez com que as seguintes se direcionassem para nós, já que ninguém mais das organizações presentes fez a defesa da permanência. Todas as organizações se colocaram pela expulsão, com exceção de nós, que defendemos sua permanência. O MRT que se calou do começo ao fim.

Nossa intervenção, que foi interrompida aos berros mais de uma vez, iniciou com o repúdio ao que havia acabado de acontecer, que entendíamos que havia uma grande divergência aos métodos e ao descumprimento dos acordos levados a cabo pelo PCO, mas que isso em hipótese nenhuma deveria justificar aquela atitude antidemocrática que tinha acontecido, principalmente quando o PCO chegou com a posição de que vieram para conversar. Defendemos que não se deveria quebrar a unidade das manifestações, e que a centralidade da luta deveria estar no combate ao imperialismo. Assim, o impedimento ao PCO de participar da frente enfraquecia nosso movimento e fortalecia as posições do imperialismo etc.

Todas as falas seguintes se contrapuseram a nossa, nomeadamente PSTU, CST, Esquerda Marxista, MES, PCdoB, MST, BDS, grupos árabes e palestinos etc. O reacionarismo desta direção chegou ao ponto de cogitar chamar a polícia para o PCO na próxima manifestação. Duas integrantes da direção ainda nos acusaram de ter vazado informação da reunião para o PCO, o que respondemos prontamente que se tratava de uma grave acusação. Sem nenhuma prova, a difamação se desfez.

Balanco político

As divergências entre a organização das manifestações pró-Palestina e o PCO são artificiais. Isso porque se dão pelos métodos utilizados por cada lado, mas sem perceber que na essência, ou seja, na estratégia em relação à Palestina ambos estão muito mais próximos do que imaginam. Ambos se colocam sob a estratégia abstrata de “Palestina Livre”, bandeira que não diz sob que forma de Estado se dará essa liberdade. A bandeira estratégia apresentada pelo PCO é de “Fim do Estado de Israel, por um Estado palestino unitário, democrático, e multinacional de judeus e palestinos”. A maioria da Frente pró-Palestina se coloca ou pela solução de dois Estados ou pela solução de um Estado único palestino, sob uma nova dominação burguesa.

A divergência se mostra ainda mais superficial, quando se observa que a maior parte da Frente é base de apoio ao governo burguês de frente ampla de Lula, assim como PCO, o que faz com que sigam na defesa velada ou explícita do governo e seus posicionamentos diante da matança. Em seu site, PCO apresenta as últimas declarações de Lula da seguinte forma: “A declaração extremamente infeliz dada por Lula estabelece como iguais situações totalmente desiguais.”; “Porque eles estão matando inocentes sem nenhum critério”, continua Lula, “joga bomba onde tem crianças, tem hospital, a pretexto de que um terrorista está lá. Não tem explicação. Primeiro, vamos salvar as crianças, as mulheres, aí depois faz a briga com quem quiser fazer. Então, eu acho que a gente deve agradecer ao trabalho extraordinário que o Itamaraty fez”, disse Lula durante a mesma fala, o que sem dúvida é positivo.”; e, “o presidente Lula subiu o tom nas críticas ao regime nazista de Israel e foi atacado pelas organizações sionistas e bolsonaristas.” Como se vê, PCO desenvolve um malabarismo retórico para proteger Lula, quando na verdade este governo se mostra incapaz de romper com o Estado sionista e com o imperialismo. Igualando as ações do Hamas e de Israel, mantém o argumento principal do Estado sionista, apoiado pelos EUA, de que se trata de combater o

terrorismo. Aí está demonstrado que as divergências entre o PCO e a direção das manifestações em SP são artificiais.

Toda organização política que se lança na luta em defesa da Palestina deve ser consequente com suas reivindicações. Neste caso, não se pode ocultar a profunda crise de direção que se encontra o proletariado brasileiro e mundial, produto do atraso histórico causado pelo retrocesso da revolução mundial, destruição do Partido Bolchevique, da III Internacional e da URSS, de responsabilidade do stalinismo, bem como da incapacidade da IV Internacional de dirigir as massas contra a ação traidora da casta burocrática que se formou em torno à Stalin. O problema da Palestina não está desvinculado desse problema mais geral, pelo contrário, é parte e consequência dele. É bom lembrar que a URSS burocratizada foi uma das primeiras a reconhecer o Estado de Israel, quatro anos depois de ter acabado com a III Internacional por um decreto. Quem não encara esse problema, ao tratar da luta palestina neste momento, só pode ir pelo caminho do oportunismo.

O POR sim tem divergências profundas tanto com um lado, quando com o outro, pois defendemos de maneira clara que a única liberdade possível para a Palestina é através da revolução social, proletária, que terá a missão de resolver, no processo de luta revolucionária, as tarefas democráticas pendentes de independência nacional palestina. A tarefa de autodeterminação da Palestina é parte da revolução proletária internacional, e só pode se dar sob os métodos de luta dos explorados. No entanto, a luta revolucionária na Palestina e no Oriente Médio está longe de se concretizar, o que não nos autoriza a abandonar a estratégia revolucionária para seguir qualquer fórmula popular abstrata, pelo contrário, nos obriga a trabalhar incansavelmente desde nosso próprio país, pela superação da crise de direção revolucionária. Sendo assim, a tarefa da organização da frente única anti-imperialista, neste momento, é trabalhar em coesão e unidade pelo fim do massacre, pelo cessar-fogo imediato, pela retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza. Esse é o ponto de partida para a reorganização da luta pela autodeterminação da nação oprimida. Trata-se, portanto, de manter unidas todas as forças que estejam na luta contra a genocídio praticado por Israel, aí está o fundamento do erro da direção das manifestações em expulsar o PCO.

A tática frentista é determinada, neste momento, pela unidade em torno à tarefa de frear a invasão à Faixa de Gaza e derrotar as forças sionistas. O que deve garantir a liberdade de cada organização expressar suas posições dentro da frente e inclusive desenvolver suas críticas ao trabalho da frente ou a outras organizações pertencentes a ela. É com essa compreensão que o POR participa do Comitê de Organização das manifestações, tendo clareza de que nossas diferenças estratégicas em relação à Palestina serão resolvidas na luta de classes.

É com essa compreensão que o POR continuará lutando pela organização unitária das manifestações e por sua democracia frentista.

**Adquira já
com o
distribuidor
do Massas
R\$ 5,00**



**Combater o genocídio
do povo palestino
com o internacionalismo
proletário**

2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

São Paulo

Atividade na Universidade Federal do ABC em defesa do povo palestino

No dia 07 de novembro, ocorreu o debate sobre a autodeterminação dos povos, como parte do Ciclo de Formação Política do SinTUFABC e da paralisação dos Técnicos Administrativos em Educação da UFABC. Compuseram a Mesa o dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT) Valter Pomar e do Partido Operário Revolucionário (POR), Erson Martins de Oliveira. O debate trouxe à tona diversas questões relativas à autodeterminação, dedicando atenção especial à causa palestina.

No momento da discussão, quando algumas divergências ficaram mais claras, foram aprofundados aspectos, como a constituição histórica dos povos, o caráter do Estado de Israel, o fundamento de classe das formas de violência, o internacionalismo proletário etc.

A natureza de classe da violência e a distinção entre a violência do opressor e do oprimido foi um tema que se mostrou ponto pacífico entre os presentes.

Quanto ao caráter do Estado de Israel, o militante porista afirmou que o Estado sionista não possui economia própria e que é expressão do imperialismo.

Em relação a formação dos povos, o petista explicou que são processos históricos e disse entender que atualmente os israelitas são um povo. O que, vale dizer, justifica defender a existência do Estado de Israel.

Sobre o internacionalismo proletário, o membro do PT comentou que se trata de uma questão sociológica, mas que politicamente é muito complexa, tendo em vista as inclinações nacionais dos trabalhadores de cada país. O militante porista explicou que não se trata de uma questão acadêmica, mas de um fenômeno concreto que são os problemas comuns vivenciados pelos oprimidos de todo o mundo. E concluiu que as particularidades nacionais não se sobrepõem ao caráter internacional da classe operária.

No debate o militante porista mostrou a hipocrisia dos países imperialistas, esmagadores de nações oprimidas, que tentam ocultar a violência e dominação de classe que exercem, violando as leis que eles próprios criam. Colocou-se que não devemos ver a violência e as mortes do ponto de vista do humanitarismo burguês, mas de classe, o que significa distinguir a reação do oprimido da violência do opressor, e reconhecer a necessidade de armar as massas contra o imperialismo. Denunciou o genocídio dos palestinos promovido pelo Estado sionista de Israel, um enclave do imperialismo inglês e estadunidense no Oriente Médio. Ressaltou que a experiência mais rica de autodeterminação dos povos se deu na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), garantindo o direito à separação das nações, inclusive, eliminando a opressão contra os judeus, que era institucionalizada no Império Czarista, e que a atual Guerra na Ucrânia resulta da dissolução da URSS.

Abaixo publicamos a transcrição do pronunciamento do Partido Operário Revolucionário (POR)

“Agradeço o convite. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário (POR). Este é o nosso último jornal massas, o número 701. O número 700 foi dedicado em grande parte a esse problema da Palestina, e, neste livro Socialismo ou Barbárie, temos uma formulação que vem desde 2012, passando pelos vários conflitos onde a questão da autodeterminação da nação oprimida aparece com as particularidades do capitalismo da época imperialista.

O problema da autodeterminação surgiu no século XIX. Marx

formulou a posição do direito de separação da Irlanda em relação à Inglaterra. Uma das primeiras formulações, em 1869, onde se coloca que um dos fundamentos da autodeterminação é o direito de separação da nação oprimida. O direito de separação corresponde à independência nacional, independência da nação oprimida em relação ao imperialismo, à nação opressora. Na época de Marx, o imperialismo não havia tomado sua forma mais completa, mas, já aparece o problema da opressão nacional e o direito de separação. Especificamente em relação à Irlanda, porque todo esse período entre a revolução francesa de 1789 e a Comuna de Paris de 1871, se caracterizou pela formação dos Estados nacionais. No final do século XIX, a forma monopolista do capitalismo se desponta. Lênin assinala a diferenciação do período de passagem do capitalismo liberal para o da forma monopolista, a forma imperialista de predomínio do capital financeiro. É quando a questão nacional vai tomar a sua dimensão, a sua completude que não aparecia no período de formação dos Estados nacionais. Quer dizer, o período de formação dos Estados nacionais foi o período das revoluções burguesas para derrotar as forças do feudalismo. Portanto, a constituição dos Estados nacionais aparece como uma condição para o capitalismo se constituir como um sistema mundial. De maneira que a formação dos Estados nacionais corresponde à estruturação das relações capitalistas, que, na forma do imperialismo, vai tomar todo um sentido de opressão bárbara sobre a maioria dos povos oprimidos por um punhado de nações imperialistas, que vai desde a manutenção das formas coloniais – até a década de 70, 80 ainda havia as formas coloniais – às formas semicoloniais do capitalismo.

Por isso a questão nacional é uma questão que tem um caráter mais geral, esse caráter mais geral é o que distingue o imperialismo das nações oprimidas ou das nações semicoloniais, o que exige reconhecer o caráter particular de cada situação de opressão nacional. Um caráter bem particular de opressão nacional é o que nós estamos vendo na questão da Palestina, onde foi implantado um Estado de fora para dentro com as forças do imperialismo. O sionismo nada mais é do que um movimento baseado no capital financeiro, baseado em poderosos grupos capitalistas. Por isso que um dos primeiros a apoiar o movimento sionista foi a Inglaterra e, conseqüentemente, os banqueiros ingleses.

Então nós vamos ver que existe essa particularidade, de implantar o Estado sionista que se distingue de outras situações de opressão nacional, onde não foi implantado um Estado, onde o imperialismo já controlava e que ali estava expressa a forma como o capitalismo se implantaria mundialmente. Pois o capitalismo é um sistema mundial. E ele é formado por um pequeno número de nações opressoras, imperialistas e o restante de nações oprimidas. Nós sabemos, por exemplo, que o Brasil tem sua independência formal, mas é um país submetido ao capital imperialista. Basta olhar um pouquinho para a economia para se perceber que todos os ramos chaves da produção estão nas mãos do capital imperialista. Como país devedor, o Brasil é um país profundamente submetido às determinações do imperialismo.

Então nós vamos ter uma miríade e variantes de formas de opressão nacional, mas, todas essas formas, nas suas distinções, nas suas particularidades, têm um fundo comum que é o domínio imperialista. E nesse fundo comum existe um outro aspecto que é essencial: não se pode separar a opressão nacional da opressão de classe. A opressão nacional não se realiza fora de um sistema de opressão de classe. E por isso que, quando se vai tratar da autodeterminação da nação oprimida, ou se trata pela via da luta de classes ou se trata pela via da conciliação entre nações oprimidas

e nações opressoras. Isto cria uma distinção entre o marxismo e todas as outras variantes do reformismo. Como Valter Pomar aqui citou Lênin, que foi um grande pensador e organizador marxista, que enfrentou as tendências pequeno burguesas que se colocaram diante da questão da opressão nacional. Deve ficar claro que ou se tem uma política proletária ou se tem uma política pequeno-burguesa ou burguesa diante da opressão nacional. Claro está que a questão da opressão nacional não é tratada apenas pelo proletariado, é tratada inclusive do ponto de vista dos interesses burgueses. Vimos, por exemplo, que os Estados Unidos e a aliança imperialista que está apoiando a guerra na Ucrânia dizem que a Ucrânia tem o direito à autodeterminação, fala nos termos formais do direito à autodeterminação. Ora, o imperialismo nunca respeitou direito à autodeterminação, e caso a Ucrânia se vincular à OTAN estará submetida a um tipo de anexação nos marcos da União Europeia.

Então vocês veem que a discussão sobre a autodeterminação faz parte do programa do proletariado. Se não fizer parte do programa do proletariado, certamente será sempre tratada do ponto de vista de uma outra classe, que é a responsável pela opressão nacional.

Essa formulação não é puramente conceitual, não é uma formulação apenas principista, tem consequências práticas muito importantes. Essa consequência prática nos coloca a questão que classe realizará a libertação e emancipação da nação oprimida. Será libertada pela burguesia ou pelo proletariado? Este é o conteúdo chave da discussão da opressão nacional. E a nossa posição é que somente a classe operária tem um programa consequente de autodeterminação nacional e pode garantir a luta pela autodeterminação até o fim.

O exemplo mais extraordinário e mais rico se deu na Revolução Russa, que somente foi possível porque o proletariado, dirigido pelo Partido Bolchevique, assumiu plenamente a tarefa democrática de realizar autodeterminação dos inúmeros povos que compunham o Império czarista

É importante ressaltar que Lênin formula e discute a questão da autodeterminação quando o partido bolchevique ainda não havia se formado, ainda era a socialdemocracia russa. Escreverá boa parte dos seus textos entre 1913 a 1916, momento em que fará toda formulação que será parte do programa da revolução proletária, da revolução social. Justamente essa incorporação no programa da classe operária é que provocará um choque com a Segunda Internacional, com a socialdemocracia, com todo o setor reformista da socialdemocracia que contemplava nas suas formulações o direito à autodeterminação, mas não respondia do ponto de vista da revolução social, da revolução proletária.

E qual é então o fundamento desse programa? Que não é possível a autodeterminação nacional sem que seja sob a direção da classe operária, ou seja, como produto das revoluções socialistas. Sem a revolução socialista, a opressão nacional só vai agravar e vai se tornar um caldeirão da barbárie, da barbárie capitalista. E nós estamos assistindo diante das nossas vistas a barbárie. Você tem um povo sem armas, fechado numa faixa de terra, sem ter como se defender, cercado de inimigos, sendo esmagado, isto é expressão da barbárie.

Então o problema da autodeterminação nacional assume essas características no século 21 e essas formas de barbárie que estão vinculadas à opressão nacional, não podem ser respondidas por movimentos nacionais burgueses e pequenos burgueses, somente pelo movimento proletário, pela revolução social. Esta é a questão central.

Observem o fato da restauração capitalista se impor e destruir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – uma das maiores conquistas do proletariado – nunca se teve no âmbito do marco do capitalismo uma luta pela autodeterminação do ponto de vista não só dos princípios, mas também do ponto de vista prático, de realização da autodeterminação. A revolução proletária na

Rússia levou à autodeterminação real, no entanto o processo de burocratização estalinista e os obstáculos que se ergueram diante da revolução em outros países, ou seja, diante da revolução mundial, vão decompor o Estado soviético. A forma de dissolução do Estados soviético foi de retorno das formas capitalistas de opressão mais bárbaras. E aí temos uma guerra na Ucrânia, aí temos uma guerra regional que se desenvolve desde a luta dos tchetchenos, passando pela guerra na Geórgia e, mais recente de todas as guerras, a que se deu entre o Azerbaijão e os armênios de Nagorno Karabakh. Ou seja, se tem nações oprimidas lutando contra nações oprimidas e, entre elas, a Rússia restauracionista exercendo seu poder de opressão regional. Isto é expressão da intervenção do imperialismo na região outrora controlada pela URSS. É por isso que o problema da autodeterminação se coloca, ou do ponto de vista do internacionalismo proletário ou então do nacionalismo burgueses, que somente verbalmente responde à opressão imperialista.

O capitalismo na sua fase imperialista é a fase a que expandiu as formas dos capitais e centralizou mundialmente as nações. Não e por acaso que se fala em globalização, um termo que vem dos teóricos da própria burguesia. Mas tirando esse aspecto ideológico, globalização o que é? É a maior centralização mundial das nações por um punhado de países imperialistas. Notem que a opressão nacional se agravou com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e, hoje, mais do antes, a opressão nacional se converteu em um fator de bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas mundiais. É imperativo reconhecer que as fronteiras nacionais estão superadas historicamente. As fronteiras nacionais levam ao choque entre as forças produtivas no âmbito das relações capitalistas de produção. Justamente a preservação das fronteiras nacionais, dos estados nacionais, leva às guerras constantemente. Levou à Primeira Guerra Mundial, à Segunda, e abriga o perigo de levar a uma Terceira Guerra.

Quando se discute especificamente o caso da Palestina, se fala em termos de uma segunda divisão, ou segunda partilha territorial no Oriente Médio, antes controlado pelo Império Otomano. Foi necessária a Primeira Guerra Mundial, para se desmoronar o Império turco e o imperialismo emergente impor a primeira partilha, estabelecer fronteiras nacionais sob a égide do imperialismo inglês, e, com a Segunda Guerra Mundial, se realizou uma outra partilha do mundo, sob a hegemonia norte-americana. E a criação do Estado sionista de Israel é o resultado dessa nova partilha mundo na Segunda Guerra Mundial. A subordinação da Palestina aos interesses dos Estados Unidos ditou a resolução da ONU em 1948, que supostamente partilhava o território entre judeus imigrantes e os palestinos autóctones. Na realidade, se forjava uma partilha artificial, que daria lugar a um processo colonialista de expropriação e anexação do povo palestino. É nesse processo colonialista que se encontra as raízes mais profundas da atual guerra de massacre dos palestinos da Faixa de Gaza e da violência cotidiana que se abate sobre os palestinos da Cisjordânia.

Eis por que as condições de guerra permanente da oligarquia burguesa sionistas se impõem historicamente e gestam crises recorrentes que envolvem todo o Oriente Médio. Não é uma guerra entre palestinos e judeus, mas entre a oligarquia judia opressora e o povo palestino oprimido. É um choque que envolve todas as nacionalidades do Oriente Médio, uma vez que expressa os interesses do imperialismo, de um lado, e os das nações oprimidas, de outro. Vejam a importância de entender o problema da autodeterminação como uma parte fundamental do programa da revolução social. Não temos outra forma de discutir, de procurar entender, por onde está passando essa crise que reacendeu as contradições sobre as quais se assenta Oriente Médio.

Nota-se que várias teses vêm à tona cada vez que tem uma crise dessas. Por exemplo, retoma-se a tese dos dois estados, mas quem é que está discutindo a solução dos dois estados? E o próprio imperialismo. Eles fizeram isso para chegar ao acordo de Oslo, para ver se subordinava completamente a Palestina, domesticaram o

Fatah e dessa forma dividiram os palestinos. Tamanho controle colonialista se faz sob a forma da anexação territorial. Os trágicos acontecimentos lançam luz sobre o território palestino que foi apropriado pelo imperialismo para criar o Estado sionista de Israel, sob uma resolução utópica de dois Estados convivendo harmoniosamente. Não era possível implantar pacificamente um país com forças produtivas avançadas, que transplantada estaria em completo choque com as forças produtivas internas atrasadas em um território que seria partilhado entre colonos judeus migrados e palestinos nativos. O fator histórico coloca a questão de derrotar o imperialismo. A derrota do sionismo é a derrota do imperialismo.

Por onde vai passar? Através de guerras entre estados não se vai derrotar o Estado sionista, não se vai derrotar as forças dos Estados Unidos. A não ser que a crise abra caminho para uma terceira guerra mundial, que também pode começar por ali junto com a Ucrânia e a guerra comercial com a China. Nota-se que está colocada uma perspectiva de ampliação das guerras, e não de sua redução. Está colocada uma tendência de avançar a escalada militar impulsionada desde a crise ucraniana, e não de que seja reduzida, ainda que não siga em linha reta.

Nesse marco mundial convulsivo, então, ressalta a brutal crise de direção revolucionária. Em particular, no caso da crise no Oriente Médio, o Hamas não é uma expressão proletária que irá levar à autodeterminação dos palestinos, recuperar a unidade da Palestina. A recuperação da unidade territorial da Palestina não virá por nenhum acordo de “paz” ditado pelos Estados Unidos e seus aliados. O fracasso do acordo de Oslo resultou em uma experiência definitiva. Não virá por nenhum acordo feito por cima dos palestinos. E não virá isoladamente pelos próprios palestinos, que, por sua fragilidade econômico-militar, por sua baixa organização social e por suas primitivas forças produtivas, não encontram meios para derrotar o sionismo. Mas se se construir uma unidade das massas oprimidas do Oriente Médio, que é formada pelos operários, pelos camponeses, formada principalmente por essas massas oprimidas, se abrirá uma situação revolucionária favorável à solução da questão Palestina. Trata-se da luta pela superação da crise de direção para transformar a luta anti-imperialista pela autodeterminação do povo palestino em luta geral contra a dominação do capital internacional no Oriente Médio, portando, da luta pela revolução social.

A que ponto chegou a intervenção militar na Faixa de Gaza

No primeiro momento do ataque do Hamas, em 7 de outubro, em Israel, ressaltou-se a forma como a organização armada tomou de surpresa o governo israelense e o resultado anunciado de 1.400 mortos, agora, número que foi reduzido 1.200. A execução de civis, incluindo crianças, expôs a explosão de ódio acumulado pelos palestinos.

A imediata reação política em escala mundial foi a de caracterizar como uma organização terrorista que deveria pagar caro pelo que causou aos israelenses e a de levantar a bandeira do direito de Israel a se defender. Netanyahu montou um governo de unidade nacional, que fixou o objetivo de eliminar o Hamas. Israel declarou-se em guerra. A primeira etapa foi a dos bombardeios em grande escala.

No início, os Estados Unidos, os aliados imperialistas e os governos não serviciais advogaram a justiça da guerra, uma vez que se tratava de uma resposta que qualquer país atacado em princípio o faria. Não importava os motivos que levaram a direção do Hamas de planejar o ataque de surpresa. Não importava o que os governantes israelitas vinham impondo aos palestinos. Tratava-se simplesmente de contra-atacar para defender o Estado de Israel, diante de um inimigo armado que provocou uma das maiores co-

Por isso, para concluir, nós entendemos que a solução de dois estados é uma solução ditada pelo próprio imperialismo, e não tem como garantir a real autodeterminação dos palestinos. É uma máscara que foi rasgada pelo não cumprimento dos acordos de Oslo, não há como se constituir um Estado palestino independente ao lado do Estado sionista opressor. A posição de que se trata de defender um Estado democrático na Palestina, que foi uma bandeira do próprio Fatah – originalmente o Fatah defendia essa bandeira, depois a abandonou para assinar o Acordo de Oslo –, um Estado democrático uno, sob o qual se uniria toda a população, sem racismos sem privilégios, seria progressiva se fosse possível derrota o Estado sionista pela via de uma revolução democrático-burguesa. Sem dúvida, seria um feito avançado, seria uma via progressiva. O problema é que a possibilidade dessa via histórica se acha comprometida pelo estágio de decomposição do capitalismo.

A via segura está em lutar por uma República Socialista da Palestina, como parte da luta geral das massas do Oriente Médio pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Essa que é a questão chave hoje, que certamente é difícil de compreender e é difícil de aceitar porque a crise de direção é muito profunda. A destruição da URSS levou a um retrocesso da humanidade que se reflete na potenciação das guerras, sem que o proletariado esteja organizado para transformá-las em guerra civil pelo poder e expropriação da burguesia.

Hoje, estamos pagando caro, enfrentando a barbárie sem uma organização revolucionária à altura, tendo que retomar a discussões já amadurecidas, antigas, como essas sobre a autodeterminação das nações oprimidas, que vêm do início do século XX, tendo de retomar até para entender – porque até da memória se arrancou – essa noção do que é uma nação oprimida e uma nação opressora, nem a diferença entre nação oprimida e nação opressora as massas operárias têm no mundo inteiro. Por quê? Porque seus partidos são partidos burgueses ou ligados à burguesia, são partidos reformistas que ditam a sua política e respondem à opressão nacional do ponto de vista da solução burguesa. Concluo com um chamado à luta pela superação da crise de direção, pela construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas e pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.”

moções na história de guerra entre judeus e palestinos. Esse foi o conteúdo repetido pela imprensa internacional controlada ou influenciada pelos Estados Unidos.

A morte de civis judeus causou estupor entre as massas mundiais, formadas de operários, camponeses e demais trabalhadores, impactando principalmente a classe média. Essa atmosfera trágica serviu de cobertura para os objetivos de guerra do governo Netanyahu. Em pouco tempo, os milhares de mísseis e bombas lançados pela Força de Defesa de Israel foram causando uma destruição sem precedentes na Faixa de Gaza. Tudo que os generais israelenses consideravam como obstáculo para atingir o Hamas teria de ser varrido.

A capacidade militar de atingir qualquer alvo evidenciou o quanto se preparou o Estado de Israel para se constituir, enfrentar os palestinos, árabes e iranianos. Milhares de bombas despejadas dia e noite sem parar, em poucos dias, transformaram a Faixa de Gaza em escombros. E com o desmoronamento da parte norte do diminuto território que sobrou para a população sobreviver vieram as mortes crescentes e as mutilações.

De imediato, ficou claro que a decisão do governo de união nacional era o de impor aos palestinos uma matança indiscriminada

e uma situação de terror que tornaram as atrocidades do Hamas contra civis uma gota no oceano de sangue e sofrimento coletivo dos palestinos, que se pode qualificar como infernal.

A segunda fase, assim considerada pelo Netanyahu, foi a da ocupação por terra. Cumprido o objetivo militar de arrasar a estrutura e infraestrutura, bem como impor o terror à população, os tanques e soldados passaram à ocupação sem riscos de enfrentar uma resistência inesperada da parte do Hamas. A matança indiscriminada continuaria e continua em alta. A mesma fórmula se manteve: o horror causado à população desguarneceria o Hamas, que passaria a ser caçado em seus túneis de proteção e suas trincheiras de guerra.

O deslocamento forçado de grande parte dos palestinos do norte para o sul, onde ficariam premidos pelas fronteiras do Egito e pelas forças de Israel, abriria uma clareira por onde se daria o enfrentamento com o Hamas. O corte de abastecimento de água, energia, alimentos e medicamentos se encarregaria de potenciar o desespero inaudito, principalmente das famílias com seus filhos. Mesmo aos olhos dos milhões e milhões de pessoas que passaram a assistir a pouco mais de um mês de ataque cerrado sobre a Faixa de Gaza e que nunca tiveram qualquer preocupação em saber sobre as táticas de guerra, ficaram visíveis o plano dos generais israelenses de usar um grande poderio militar contra um povo sem Estado, sem economia minimamente estruturada, sem forças armadas e sem armamento popular.

O massacre configurou-se um genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza. Israel avalia que já não há possibilidade de uma reação do Hamas, que seja capaz de impor muitas baixas aos soldados israelenses. No entanto, continua com os ataques contra as massas palestinas. A justificativa é a de que o Hamas deve ser extinto e a Faixa de Gaza seja controlada pelo Estado de Israel.

Os Estados Unidos passaram a arregimentar governos árabes e a própria Autoridade Palestina para garantir a vitória final de Israel e o esmagamento do Hamas. Seja qual for a solução negociada, prevalecerá o domínio do Estado sionista sobre a Faixa de Gaza e o controle da Cisjordânia. Recrudescerá ainda mais a opressão nacional sobre o povo palestino. Esses são os cálculos expostos pela aliança imperialista conduzida pelos Estados Unidos.

A ONU diante do massacre

Como promover uma matança de palestinos completamente desarmados e incapacitados de reagir ao plano de guerra do Estado sionista, sem provocar uma comoção mundial? Não foi possível a Israel e aos Estados Unidos alienarem a consciência da população mundial que sofre a exploração capitalista e que tem se deparado com as constantes intervenções militares do imperialismo, em particular no Oriente Médio e Norte da África. É parte desse mesmo problema a guerra na Ucrânia que logo mais completará dois anos.

A ONU, inevitavelmente, se tornou caixa de ressonância das divisões e diferenciações no interior da classe capitalista mundial e dos respectivos governos. Como assistir à matança na Faixa de Gaza sem nada fazer? A discussão sobre a mortandade se colocou no plano do humanitarismo e pacifismo pela maioria dos países que não podiam se tornar coniventes com o Estado sionista e seu principal esteio, os Estados Unidos.

As várias resoluções continham a condenação do ataque do Hamas, o pedido de suspensão da guerra ou parada humanitária. O Brasil, que presidia o Conselho de Segurança da ONU, fez de tudo para alcançar um acordo em nome da crise humanitária. Fracassou, apesar da procura em não condenar Israel pela carnificina. Biden garantiu a Netanyahu que continuasse com seu plano genocida. Armou-se a partir da ONU uma articulação humanitária impotente para interromper a guerra de ocupação e estancar a eliminação em massa de civis palestinos.

A imensa maioria dos países que votou pela resolução da Jordânia no plenário da ONU se viu incapacitada para enfrentar a decisão do imperialismo norte-americano de manter a autorização de Israel ir até o fim como seu plano genocida. Sequer constituíram uma frente para auxiliar a resistência dos palestinos, que como tal dependia e depende do Hamas. Agora, neste exato momento, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução apresentada pela República de Malta, um pequeno país da Europa, que fez parte do Império inglês. É visível que foi montado ao gosto dos Estados Unidos para que pudesse se abster, junto à abstenção da contrariada Rússia que teve uma das resoluções vetadas. Não sairá do papel.

O humanitarismo burguês e pequeno-burguês é alimentado pelas próprias forças do imperialismo. Sua função prática tem sido a de impor à revolta das massas mundiais, que ganham as ruas em toda parte uma orientação de não confrontação com a dominação imperialista e, em especial, a do sionismo judeu-israelense sobre a Palestina. O humanitarismo hipócrita e o pacifismo têm sido o grande obstáculo em avançar a luta contra o massacre dos palestinos e a violenta opressão nacional com o programa proletário e os métodos da luta de classes.

A ONU, sob a direção dos Estados Unidos, institucionalizou a criação do Estado sionista. Nunca se dispôs a cumprir sua resolução que estabelecia uma fronteira e previa um Estado palestino. Sempre descumpriu as resoluções que reconheciam o direito ao povo palestino de ter um país. Sempre fingiu colocar limites na voracidade anexionista de Israel. E sempre se negou a tomar qualquer medida em favor do direito dos palestinos se defenderem contra o poderio do Estado sionista. Não faltam tragédias em que o massacre recai sobre o povo expropriado de seu território. Os exemplos de bombardeios e matança de civis, tanto na Faixa de Gaza quanto no Líbano, estão expostos na história de colonização sionista-imperialista da Palestina. A ONU surgiu e continuará sempre sendo um instrumento do imperialismo. Qualquer resposta em favor dos palestinos que se apoie na ONU termina em fraude, em mentira e em embuste, para enganar os povos oprimidos que carregam nos ombros o brutal peso do imperialismo e do capitalismo em decomposição.

Bloqueio na fronteira da Faixa de Gaza pelo Egito

A feudal burguesia egípcia e a sua ditadura militar se colocaram prontamente a auxiliar as Forças de Defesa de Israel a massacrar e a deslocar uma multidão de palestinos do norte para o sul. Desde a derrota na guerra de 1973, de Yom Kippur, os países árabes se colocaram sob a orientação dos Estados Unidos de reconhecerem o Estado sionista e estabelecerem relações cordiais. O que levou ao isolamento definitivo do povo palestino, que, por não terem se constituído como Estado, ficou à mercê do colonialismo israelense.

O Egito teve de volta o Sinai que havia sido anexado na guerra. Isso quando o governo sionista impunha a anexação das colinas de Golã, pertencentes à Síria. Países, como a Arábia Saudita e Jordânia, se perfilaram na linha de boa vizinhança com Israel, que alcançou uma alta capacidade militar, inigualável no Oriente Médio e a quarta do mundo, a ponto de deter armas nucleares.

Essa subordinação à estratégia norte-americana de afirmar e fortalecer seu enclave nessa importante região teve o êxito de limitar a oposição da Síria e do Líbano. Oposição árabe que não mostrou capacidade de romper o isolamento dos palestinos, recorrentemente envolvidos em confrontação diante dos avanços anexionistas, impulsionados pela oligarquia burguesa israelense.

Desde 1979, os Estados Unidos tomaram o regime nacionalista e teocrático do Irã como o maior adversário aos seus interesses. As ricas jazidas petrolíferas e as rotas comerciais não poderiam e não podem ficar sob o controle de governos nacional-reformistas.

As guerras de intervenção no Iraque serviram para liquidar o seu regime nacionalista. E combater as variantes do movimento islâmico que se insubordinaram e passaram a agir pelas armas ao intervencionismo norte-americano e à capitulação dos governos árabes.

O ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos em um surpreendente atentado terrorista se constituiu no ápice da crise que passou a ser motivo de uma ampla ofensiva do imperialismo para esmagar o movimento islâmico. A Rússia e a China se acomodaram à guerra norte-americana contra o terrorismo, assim qualificada toda a resistência armada.

A derrubada do regime nacionalista no Iraque e no Afeganistão, bem como a intervenção na guerra civil da Síria e a contenção da luta armada dos islâmicos no Oriente Médio e na África, favoreceram os governos árabes que se viram contestados pela sublevação das massas oprimidas. O golpe de Estado no Egito, que derrubou o governo da Irmandade Muçulmana e instalou a ditadura alinhada com a política dos Estados Unidos, foi decisivo para estabelecer um marco de amplo isolamento dos palestinos e de divisão nas fileiras de sua resistência à anexação territorial pelo Estado sionista. Esse processo como um todo concluiu com o esgotamento do movimento nacionalista árabe que tomou forma desde a década de 1950.

O Estado sionista tomou a forma de um Estado militar, voltado a anexar o território palestino, a dividir os Estados árabes e a manter sob ameaça de guerra o Irã. Os Estados Unidos financiaram e armaram o Estado militar, com a função de enclave no Oriente Médio. De certa forma, o imperialismo norte-americano passou a depender de Israel para exercer sua política na região estratégica, tendo de apoiar qualquer que fosse o seu governo e sua diretriz de combate à resistência dos palestinos.

A barreira do Egito à passagem dos palestinos e dos estrangeiros tem servido ao objetivo de guerra do Estado sionista. Sob a supervisão dos Estados Unidos, Israel determina que palestinos de dupla nacionalidade terão prioridades. O governo brasileiro considerou que houve uma discriminação devido a seus posicionamentos na ONU em favor de um cessar fogo. O fundamental, porém, está em que a ditadura do Egito é um fator favorável ao massacre dos palestinos, estando inteiramente de acordo com os Estados Unidos.

Brasil diante da crise

A sessão da ONU, em 1947, que estabeleceu a criação de dois Estados, foi presidida pelo diplomata brasileiro Osvaldo Aranha. Assim, serviu ao movimento sionista e aos interesses dos Estados Unidos.

Yasser Arafat, fundador do Fatah, que antes dos Acordos de Oslo dirigiu a resistência armada, reconheceu que “em todas as oportunidades em que a questão da Palestina foi colocada nas Nações Unidas o Brasil votou a favor de nossa causa.” Tornou-se oficial a posição brasileira de “retirada das tropas de Israel dos territórios ocupados, retorno dos palestinos, formação de um Estado palestino e estabelecimento de fronteiras seguras e respeitadas por todos os países da área.”

Essa formulação independe do governo que no momento dos conflitos esteja na condução da política externa do país. Expressa a responsabilidade histórica do Brasil por ter servido à imposição do Estado sionista quanto ao não cumprimento da resolução original de 1948. Lula não faz senão seguir a normatização que a 75 anos se mostrou historicamente fraudulenta. Os palestinos vêm suportando uma carga de opressão que retrata a barbárie do capitalismo típica de sua fase imperialista de decomposição.

É bem conhecida a inclinação dos nacionalistas e reformista a apoiarem a causa palestina que se concentra na obtenção de um Estado, como foi previsto pela ONU. O PT e as diversas variantes

do estalinismo reagem aos massacres dos palestinos nesse marco jurídico da ONU. É o que levou Arafat, em uma entrevista de 1982, ao Caderno do Terceiro Mundo, a colocar o Brasil como amigo da causa palestina. Momento em que já estava consolidada a natureza colonialista do Estado sionista. Explicava Arafat: “Hoje, Israel ocupa terras da Síria, do Egito e ilhas do golfo de Akaba. (...) Os palestinos foram expulsos de seu país numa proporção de 60%; os restantes vivem sob a ocupação militar.” “Devemos considerar, antes de mais nada, que Golã não é um episódio isolado, mas um elo de uma cadeia. Antes, Israel anexou Jerusalém. Daqui por diante, vai querer anexar mais ainda. Ameaça incorporar a seu território a parte sul do Líbano, e contra essa ameaça o governo libanês já protestou oficialmente. Enquanto esse inimigo receber apoio dos Estados Unidos, continuará com sua política expansionista e prosseguirá na escalada de crimes contra o povo palestino e o povo árabe.”

A escalada de “crimes contra o povo palestino” chegou a seu ponto mais alto com a maciça destruição da Faixa de Gaza, os ataques a hospitais e a tudo que a inteligência sionista considera esconderijo do Hamas, a mortandade sem precedentes em pouco mais de um mês, sendo que entre os mortos se contabilizam milhares de crianças.

Lula e sua diplomacia buscam a pacificação por meio da ONU, cuja teatralização apenas serve para evidenciar mais uma vez, entre tantas, que tudo depende dos Estados Unidos, que como potência atua por cima de governos e instituições. E quando não podem se impor, recorrerem a medidas de força econômico-militares, como se presencia na guerra da Ucrânia e da guerra comercial com a China.

O veto solitário dos Estados Unidos à proposição do Brasil na ONU, que não representava nenhum perigo vital aos interesses dos sionistas e do imperialismo, desmanchou a teatralização e mostrou que os pacifistas não passam de impotentes jogadores no campo dos direitos humanos e das leis internacionais feitas para serem cumpridas apenas pelas nações oprimidas, e jamais pelas potências quando seus interesses são contrariados.

O fato de Lula condenar o ato terrorista do Hamas e também o de Israel foi motivo de movimentação política da parte dos sionistas, que brandem com os punhos cerrados o seu “direito a defesa”, que corresponde ao irrestrito direito de destruir a Faixa de Gaza, trucidar a população, cortar toda forma essencial de sobrevivência, expulsar do norte para o sul milhares de famílias e assim avançar ainda mais a anexação.

A politicagem na ONU teve o mérito de mostrar o isolamento, sobretudo, do Estado de Israel e dos Estados Unidos em sua decisão de ir às últimas consequências com o seu direito de defesa. Mas não representa um grande problema, já que boa parte do objetivo dos sionistas foi alcançado. Os Estados Unidos garantiram suas posições com os porta-aviões e uma força de intervenção sediadas nas imediações do conflito.

As manobras entre as potências podem ser agora realizadas em nome da crise humanitária e dos pedidos de suspensão dos ataques cerrados. O governo Biden pôde, cinicamente, depois de o genocídio cobrar milhares de vidas, pedir moderação da parte das Forças de Defesa de Israel. Aflorou o humanitarismo do carrasco que mutila os países semicoloniais.

O governo Lula, finalmente, obteve a repatriação dos brasileiros confinados no sul da Faixa de Gaza. Isso depois de repatriar os judeus que não corriam perigo iminente. Aproveitou para fazer a propaganda de seu humanitarismo e condenar mais uma vez igualmente o Hamas e Israel.

A diplomacia israelita zombou do governo promovendo uma reunião com parlamentares da oposição, com a presença de Bolsonaro, para mostrar um vídeo que comprovava o terrorismo do Hamas, como se a grande imprensa não havia se cansado de repetir cenas mortíferas do dia 7 de outubro. O Mossad e algum de seus agentes na Polícia Federal voltaram à armação já feita no passado

de que uma célula do Hezbollah estava preparando um atentado. Nenhuma prova concreta foi apresentada. O que obrigou o ministro da Justiça, Flávio Dino, a emitir uma nota jocosa sobre quem manda na Polícia Federal, de maneira que ficasse claro que Israel não podia usar o Brasil para fins políticos.

Sempre que a matança na Faixa de Gaza se impõe no jornalismo pró-Estados Unidos, os seus agentes do noticiário encontram um meio de diminuir e obscurecer o significado da brutal violência descarregada sobre uma população desarmada e acusada de servir ao Hamas. Ao Lula, resta lamentar a mortandade de crianças que não podem fazer a guerra. Evidentemente, é melhor assim do que servir ao massacre e se empapar de sangue palestino como fazem os Estados Unidos e seus aliados. Mas, não se deve desconhecer que o humanitarismo dos reformistas, por não ser contraditório com a política do imperialismo, no final das contas, contribui para a vitória do opressor que esmaga a nação oprimida.

Antissemitismo

Cresceram as manifestações em inúmeros países. Surpreenderam pela massividade as que ocorreram nos Estados Unidos, Inglaterra e França, por serem potências imperialistas comprometidas integralmente com o colonialismo sionista. Era de se esperar, certamente, os protestos gigantescos em países mulçumanos. Nas universidades, sindicatos e partidos, se elaboraram manifestos contra a matança na Faixa de Gaza. Atos e palestras expuseram os motivos históricos que estão na base da opressão nacional sofrida pelos palestinos. Os ferroviários da Bélgica decidiram pelo bloqueio de envio de armas a Israel. De conjunto, essas manifestações ergueram um movimento internacional em defesa dos palestinos.

Apesar de a grande imprensa ecoar a ideia do direito de Israel à defesa, não teve como não mostrar, ainda que direcionadamente, a prepotência sionista diante de um povo desarmado. A máquina de propaganda dos Estados Unidos e aliados se esforçou e se esforça ao máximo para que as massas não se levantem contra o genocídio na Faixa de Gaza.

É nessa situação que seus agentes procuram confundir, colocando o regime de Israel e os judeus como vítimas do antissemitismo. Qualquer denúncia e manifestação contra os bombardeios arrasadores descarregados sobre as casas, hospitais, igrejas e campo de refugiados, qualquer menção ao genocídio e, enfim, qualquer demonstração dos fundamentos históricos do colonialismo israelita seriam expressões do antissemitismo. Assim, os escravizadores da Faixa de Gaza recorrem vergonhosamente ao Holocausto, como se os judeus estivessem enfrentando um inimigo antissemita e que, por sua desgraça, se encontra no mundo todo.

Confundir antissionismo com antissemitismo, passou a ser especialidade dos ideólogos voltados à defesa dos massacres desfechados na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e no Líbano que ousou amparar o Fatah e defender seu território da anexação. Tanto o antissemitismo quanto o sionismo são duas faces do capitalismo em decomposição, cujas formas de opressão de classe e nacional assumem particularidades que devem ser compreendidas, sem, contudo, perder de vista o seu fundamento geral. Não há nada de incompreensível no fato do sionismo ter constituído um Estado sobre uma base racial, que inevitavelmente se aproximou de formas fascistas de oprimir uma nacionalidade indefesa.

Tanto o antissemitismo como o sionismo foram combatidos pelos marxistas como parte da revolução social, que por seu conteúdo é proletária, socialista e internacionalista. Evidentemente, o antissemitismo não desapareceu com a derrocada dos regimes nazifascistas na Segunda Guerra Mundial. E somente vai desaparecer como parte do desaparecimento geral de toda forma de discriminação que se gestou no capitalismo e que chegou às últimas consequências em sua fase imperialista, como se constata diante dos seis milhões de judeus assassinados pelos nazistas.

A luta pela libertação do povo palestino da opressão sionista

encerra a tarefa de superar o antissemitismo, uma vez que está de acordo com o objetivo histórico do proletariado mundial de expropriar a burguesia, varrer as relações imperialistas de dominação e retomar o caminho da transição do capitalismo ao socialismo aberto pela Revolução Russa.

Vencer a barbárie, lutando sob a bandeira do socialismo e da revolução mundial

A expropriação de terras, as expulsões em massa, as anexações, os massacres, as diferenciações raciais e as privações impostas ao povo palestino indicam que o Estado sionista não tem como aceitar a edificação de um verdadeiro Estado palestino. E, de seu lado, os palestinos terão de continuar a sua longa luta por se manter como nacionalidade. A possibilidade de Israel submetê-los completamente e assimilá-los está fora do horizonte. A derrocada do Estado sionista, por sua vez, nas condições atuais, não está dada. Essa relação de força histórica demonstra que a questão palestina está, sobretudo, nas mãos das massas árabes, que terão de se emancipar da feudal burguesia instalada no Oriente Médio, subordinada ao imperialismo ou incapacitada de travar a luta anti-imperialista apoiando-se na maioria oprimida.

Nesse sentido, a derrota do Estado sionista e a conquista da independência do povo palestino depende do desenvolvimento da crise que emergiu após a Segunda Guerra Mundial e da marcha do proletariado mundial. Não há como não reconhecer o vínculo entre a guerra na Ucrânia envolvendo a Rússia e aliança imperialista montada pelos Estados Unidos com a explosão que vem estremecendo o Oriente Médio, após um arranjo montado com o fim da guerra de intervenção no Iraque, um arrefecimento da guerra na Síria e o esmagamento sofrido pela jihad islâmica.

É sintomático que a gigantesca movimentação militar de Israel na Faixa de Gaza, apoiada pela máquina de guerra norte-americana, se deu quando a China se despontava como mediadora entre a Arábia Saudita e o Irã; e os Estados Unidos estabeleciam relações da própria Arábia Saudita com Israel, como já vinham sendo realizadas com a aproximação dos Emirados Árabes e do Catar. Essa equação não corresponde a um equilíbrio capaz de afastar as velhas contradições e os choques que levaram a conflagrações e guerras. Tudo indica que, ao contrário, está expressando os desequilíbrios advindos da partilha do Oriente Médio pelas duas guerras mundiais e que tomam novas formas com a presença ativa da China.

No passado, o imperialismo teve de afastar a influência da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sobre o nacionalismo árabe no quadro da Guerra Fria. A questão palestina aí esteve presente. O estalinismo contrarrevolucionário, que conduziria a URSS à desintegração, não podia ser instrumento das massas árabes-palestinas em seu choque com a feudal burguesia e com o imperialismo chefiado pelos Estados Unidos. É necessário repetir que Stálin liquidou a III Internacional em 1943 e apoiou a criação do Estado sionista em 1947-1948. O processo de restauração capitalista impôs um grande retrocesso nas conquistas do proletariado mundial, favoreceu a dominação dos Estados Unidos e assegurou a implantação do Estado militar de Israel.

Os palestinos, sob a direção do Fatah nacionalista, acabaram divididos entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Nisto reside a sua maior tragédia. Somente vão se unir em torno à bandeira histórica de autodeterminação da nação oprimida, na luta por constituir uma direção revolucionária, socialista e internacionalista. Tarefa essa que está posta para o proletariado, camponeses e demais explorados do Oriente Médio. Neste percurso que pode ser demorado, é dever da vanguarda com consciência de classe formar o partido marxista-leninista-trotskista, lutando contra a farsa dos dois Estados e desenvolvendo a estratégia de recuperação da unidade territorial da Palestina sob uma República Socialista, alinhada à defesa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Publicamos abaixo uma resposta à acusação de que lutar contra o sionismo é se colocar pelo antissemitismo. No conflito de setembro de 2014, os sionistas recorreram a essa fraude. Agora, voltam a reproduzi-la diante da guerra de dominação que esmaga a Faixa de Gaza. Ao contrário, o enfrentamento ao sionismo é parte da luta mais geral contra qualquer tipo de opressão nacional e discriminação racial.

Sobre o sionismo e antissemitismo

Jornal Massas 484 - 7 setembro de 2014

O artigo “Por que os judeus estão preocupados”, de Deborah E. Lipstadt, publicado no The New York Times, reproduzido pelo o Estado de São Paulo (22/8), alerta para os perigos da retomada do antissemitismo. A preocupação surge em meio à barbárie de Israel contra a Faixa de Gaza. No entanto, Lipstadt se limita a atacar o Hamas. Está perfeitamente claro que o artigo acoberta a matança em Gaza. O que não quer dizer que suas informações sobre o antissemitismo não devam ser tomadas em conta.

Uma das bandeiras citadas é: “Hamas, Hamas, os judeus para o gás”. Mesmo que admitamos que expressa o ódio dos manifestantes palestinos diante do massacre, a referência às câmaras de gás do Holocausto traz a sombra aterroizante do antissemitismo. É bem provável que, para quem está carregando nas costas centenas de criança mortas pelos bombardeios de Israel, o antissemitismo seja indiferente ou mesmo justificável.

O imperativo de separar antissemitismo de sionismo somente é rigorosamente aplicado pelo marxismo revolucionário. Nenhuma mortandade de palestino ou de qualquer outra nacionalidade pode borrar as diferenças irreconciliáveis dos dois sentidos históricos. Os próprios sionistas primam por fundi-los e confundi-los: ser antissionista é ser antissemita. As perseguições, discriminações e massacres (pogroms) sofridos pelos judeus, particularmente o Holocausto, são as trevas que serviram e servem de cobertura para o sionismo bárbaro.

É reconhecido que o antissemitismo nazifascista da burguesia alemã e de seus aliados funcionou como alavanca para o movimento sionista. As duas guerras mundiais, por sua vez, foram decisivas para tornar a Palestina o território para constituição do Estado sionista. O embate entre as forças imperialistas pela repartição do mundo possibilitou que as ações de Theodor Herzl e de seus continuadores junto a governos e banqueiros ganhassem um poder inimaginável. Nem mesmo um revolucionário do porte de Leon Trotsky – um combatente de primeira hora e de primeira ordem à reação antissemita – teve como prever a vitória do sionismo.

A caracterização de Lênin de que as teses sionistas de uma nação judia eram reacionárias se confirmaram plenamente. Eis o que afirmava: “Totalmente insustentável do ponto de vista científico, a ideia de uma nação judia à parte é, por seu significado político, uma ideia reacionária.” Essa posição de princípio do bolchevismo, tomada em 1903, se confirmou com a decisão da ONU, sob a tutela dos Estados Unidos, em 1947, de edificar na Palestina o Estado sionista.

O povo judeu – aqui falamos em geral, como nacionalidade, sem distinguir classes – vinha sofrendo com os po-

groms revestidos de nacionalismo reacionário na Europa Oriental, mas foi na Alemanha, potência capitalista, que o genocídio se configurou definitivamente. O antissemitismo de conteúdo religioso expôs sua face econômica e sua raiz de classe.

Nenhum movimento de opressão nacional se constitui sem que tome a forma de política de Estado. O marxismo – mais do que nenhuma outra orientação política burguesa ou pequeno-burguesa democrática – revelou com presteza e correção o fundamento de classe do antissemitismo. Lembremos que Trotsky, entre 1912 e 1913, em sua reportagem “A questão judia na Romênia e a política de Bismark” demonstrou a política de Estado antissemita. Isso estando em contraposição às posições dos “socialistas” sionistas russos. Nenhuma corrente política dessa época lutou com tanta energia e convicção ao mesmo tempo contra o antissemitismo e o sionismo que os bolcheviques.

O programa do proletariado está em contraposição a toda forma de opressão de classe e nacional. Os judeus não eram formados apenas de comerciantes e financistas, mas também de proletários e camponeses. Uma multidão vivia em guetos na Rússia, Ucrânia, Polônia etc., onde se forjou o ídiche e se sustentou a fisionomia da nacionalidade judia, enquanto em outras partes ocorria o processo econômico e social da assimilação.

A classe operária, por seu lugar na produção social e por ser a classe que destruirá o capitalismo e edificará a sociedade sem classes, não comporta nenhum tipo de discriminação. Essa condição se materializa em seu programa da revolução mundial, do internacionalismo marxista. No passado, os revolucionários lutaram contra o antissemitismo e os pogroms (inclusive organizando a autodefesa judia) e previram que a ascensão de Hitler na Alemanha abriria uma gigantesca tumba para os judeus.

Basta que se tenha a disposição de recorrer às formulações, às previsões e à orientação política da IV Internacional para lá encontrar a arma que irá derrotar definitivamente o antissemitismo. Nesse particular, é preciso ressaltar que foram os trotskistas em confronto com os estalinistas que assumiram a defesa dos judeus, não somente contra o nazifascismo, mas também contra o imperialismo “democrático”, que chegou a fechar suas fronteiras ou dificultar a fuga dos perseguidos pelos nazifascistas.

Não é demais reforçar a memória – nesta hora em que os sionistas massacram os palestinos – que Trotsky e a IV Internacional denunciaram a situação de ataque aos judeus em países que os expulsavam e aqueles que não os abrigavam. Busquem as denúncias de Trotsky e lá encontrarão,

entre aqueles que fecharam suas fronteiras, os Estados Unidos, que depois passaram a pontais do sionismo israelense.

Em discussão com os revolucionários norte-americanos, em 1940, Trotsky lhes cobrou a elaboração de “uma espécie de plataforma para a questão judia”. Considerava necessário “um balanço de toda a experiência do sionismo.” Nesse momento, a Palestina já se encontrava em ebulição. Estava próxima a vitória final do movimento sionista. O desfecho da 2ª Guerra, com o declínio da Inglaterra e ascensão dos Estados Unidos, bem como com o fortalecimento do estalinismo contrarrevolucionário, decidiu em favor da causa sionista e contra a resistência da população palestina ao processo migratório de ocupação territorial. Trotsky não teve como prever essa variante. Mas, sua experiência de revolucionário e seu domínio do programa marxista lhe permitiram poucos anos antes recomendar àqueles que construíam a seção da IV Internacional nos Estados Unidos que lutassem para influenciar os operários e camponeses judeus para a solução progressiva e revolucionária da questão judia.

A importância de uma plataforma específica estava em demonstrar que “o povo judeu não pode se salvar exceto por meio da revolução socialista”.

Diante da pergunta sobre a tática a ser empregada, Trotsky confessa que “não estava bem informado acerca do momento.” Argumenta que “se os trabalhadores e camponeses judeus pedem um Estado independente (...), não vão conseguir sob a dominação inglesa”. De fato, o imperialismo inglês manobrava entre os sionistas e os árabes. Os Estados Unidos estavam prontos para marginalizar a burguesia inglesa e a atender os interesses de setores sionistas ligados ao grande capital.

A IV Internacional se opôs à via sionista, afirmando a luta contra toda sorte de opressão aos judeus. Ou a revolução socialista se encarregava de solucionar a questão judia, ou esta não teria solução no capitalismo em decomposição. Esse pressuposto se mostrou correto. A criação forçada do Estado de Israel não pôs em pé uma nação judia, livre e independente. Este assumiu a forma de um enclave do imperialismo, manejado por cima pelo capital financeiro. Eis por que abriu o caminho de sua existência pelos métodos colonialistas e se impôs como um Estado racial-militar.

Diante de uma situação como essa em que as modernas e potentes Forças de Defesa de Israel fazem mais uma de suas incursões sangrentas contra os palestinos, vem à tona a história do antissemitismo e do sionismo. Coincidentemente, faz setenta anos do Holocausto. O artigo de Lipstadt o toma como referência para mostrar que surge um novo antissemitismo. Ocorre que não há como verificar a retomada a qualquer ataque racial aos judeus sem recorrer ao antissemitismo típico do capitalismo.

Em julho de 1940, poucos dias antes de ser assassinado a mando de Stalin, Trotsky temia que as ações dos sionistas de transferir massivamente colonos judeus para a Palestina poderia ser trágica para os próprios judeus. Referia-se a “uma burla trágica ao povo judeu”. Previa o conflito nestes termos: “O desenvolvimento futuro dos acontecimentos militares podem chegar a transformar a Palestina em uma armadilha sangrenta para milhares de judeus.” E conclui:

“Nunca se viu tão claramente como hoje que a salvação do povo judeu está ligada inseparavelmente à destruição do sistema capitalista.”

De fato, a imigração, a abertura de conflitos raciais e as alterações nas relações econômicas na Palestina impulsionaram choques mortais entre colonos judeus e habitantes palestinos. Os árabes em geral não aceitaram a via sionista de constituição de um Estado judeu. Os riscos para os imigrantes chamaram a atenção de Trotsky. O antissemitismo europeu estava em alta, principalmente na Alemanha. Até mesmo na União Soviética, se reerguia sob a ditadura burocrática de Stalin. O governo inglês dava sinais de recuo em sua posição favorável à implantação do Estado sionista. A guerra mundial se aproximava. A IV internacional via com absoluta clareza que o imperialismo incendiaria a Europa e o mundo. O que finalmente ocorreu com a implantação do Estado de Israel no pós-guerra foi que o maior custo em sangue recaiu sobre os palestinos.

Os seis milhões de judeus assassinados pelo nazifascismo na guerra expuseram a face terrível do antissemitismo – uma das manifestações do chauvinismo. As potências vencedoras e o movimento sionista se valeram da tragédia para justificar a criação de um Estado de fora para dentro na Palestina em flagrante ato de opressão nacional. Observa-se que a armadilha temida por Trotsky não chegou a se consumir. Os Estados Unidos tomaram a frente do processo e usaram a causa sionista para afastar a Inglaterra da Palestina, para estabelecer novas condições de partilha do Oriente Médio e para estabelecer sua hegemonia. Os fatos mostram que a resolução de 1947 que criou o Estado judeu refletiu o amplo processo de redefinição da dominação imperialista do mundo.

A burguesia imperialista, os sionistas e também o estalinismo que aprovou a resolução norte-americana de dois Estados procuraram ocultar que a matança, que os campos de concentração, que as câmaras de gás e a limpeza étnica antissemita eram consequências do capitalismo convulsivo e das rivalidades econômicas das potências pelos mercados e pelo controle das nações semicoloniais. O Estado de Israel se levantou, assim, como se fosse a redenção de um povo esmagado e a solução definitiva para a identidade nacional dos judeus.

A conquista de parte da Palestina pelos sionistas contrariou a tese marxista de que somente o proletariado à frente da revolução socialista encontraria uma solução para a questão judaica? Absolutamente, não! Ao contrário, confirmou-a definitivamente pela experiência. O Estado judaico não se constituiu como expressão do povo judeu espalhado pelo mundo, mas como expressão das necessidades do imperialismo e da sua fração burguesa judia. Está aí por que a ocupação sionista da Palestina, por meio do financiamento da imigração e pela garantia das armas, se deu pelos métodos colonialistas, isso quando o colonialismo já havia assumido plenamente o conteúdo econômico e histórico do imperialismo (não de impulso das forças produtivas mundiais, mas de seu bloqueio pelos monopólios e de sua destruição maciça pelas guerras).

Não se pode confundir o sionismo com o povo judeu. Nem o confundir com a resposta histórica ao antissemitis-

mo. Nenhuma forma do nacionalismo será erradicada nos marcos do capitalismo. Verifica-se que o nacionalismo, via de regra, assume posições reacionárias e contrarrevolucionárias. Opõe-se, sem exceção, ao internacionalismo proletário.

Ocorre que os sionistas que acusam indistintamente seus adversários de antissemitas deformam história do antissemitismo no capitalismo, ocultando as suas raízes de classe. Posto isto, voltemos ao artigo “Por que os judeus estão preocupados”.

Não sabemos a abrangência da bandeira “Hamas, Hamas, os judeus na câmara de gás”, se é isolada ou não. Mas seu conteúdo é antissemita e deve ser rejeitado como tal. Não ajuda a causa palestina. Ajuda a causa da burguesia sionista.

A professora de História Judaica, Deborah Lipstadt, pretende com seu artigo concluir que se trata de um “novo antissemitismo”. O Hamas o encarnaria. Curiosamente, o novo antissemitismo dos muçulmanos se basearia nas falsificações do velho antissemitismo (referência que se faz na cartilha do Hamas do famoso documento “Protocolos dos Sábios do Sion”, forjado pelo czarismo russo e na falsa alegação do uso de sangue de crianças para o matzo, uma recriação do czarismo do mito antigo de que os judeus comiam carne humana em seus rituais religiosos – a nova versão resultou no processo antissemita contra o jovem Beilis).

A historiadora alcinha essa nova versão de “antissemitismo muçulmano”. Reconhece que, “tradicionalmente, o islã não tratou os judeus dessa maneira”. Essa relação cordial teria mudado para posições antissemitas. Os judeus estariam, portanto, diante de um “novo antissemitismo”. Um fenômeno que “mescla o antissemitismo cristão (...) e uma forma secular mais esquerdista de antissemitismo.” Essa explicação mal esconde a face sionista da redatora.

A tese de que o antissemitismo que levou ao Holocausto “nascera da direita (nos anos trinta) e estava arraigada na visão secular cristã que demonizava os judeus” é a mesma cantilena sionista que acoberta as raízes de classe do antissemitismo moderno. A “direita” dos anos trinta não era senão uma fração do imperialismo – o imperialismo alemão – em choque com a fração do imperialismo que não tem nada de esquerda – o imperialismo anglo-francês.

De fato, Lipstadt oculta que o antissemitismo que levou ao Holocausto é consequência da decomposição do capitalismo da época imperialista. O velho antissemitismo cristão mal serviu de cobertura às reais causas da perseguição aos judeus pelo nazifascismo. Os traços antissemitas que por ventura se manifestam, agora, entre os muçulmanos – como o da referida bandeira citada – são reflexos do velho antissemitismo que ressurgiu de maneira deformada pelo nacionalismo árabe em consequência da barbárie sionista.

Não se deve desconsiderar que o islamismo é tão reacionário quanto qualquer outra religião, embora sirva ao nacionalismo de povos oprimidos. O judaísmo não tem servido como máscara ao colonialismo sionista e para justificar a política nacionalista de Estado que recorre ao racismo e ao genocídio? A historiadora norte-americana não diz uma palavra sobre as posições raciais do Estado de Israel.

As massas muçulmanas vão derrotar o colonialismo de Israel – um braço do imperialismo no Oriente Médio – superando o nacionalismo burguês e pequeno-burguês religioso. Todo e qualquer traço do antissemitismo deverá ser extirpado da luta pela libertação das massas palestinas. Há uma condição para isso: é necessário construir o partido revolucionário entre as massas árabes. Os judeus explorados terão de se livrar da carga sionista. As massas judias de Israel que seguem a política colonialista do sionismo e se submetem à orientação geral do imperialismo colocam-se a serviço do nacionalismo reacionário e servem de base social para o ódio racial instigado pela burguesia. Haverá o momento em que os judeus proletários e de classe média pobre terão de separar taxativamente o sionismo do antissemitismo.

É tarefa estratégica dos marxistas, unir palestinos e judeus contra o colonialismo da burguesia israelense e o domínio geral do imperialismo.

Na situação de ofensiva militar do Estado de Israel, esse objetivo parece impossível. Necessariamente, a política do proletariado mundial é de lutar contra as forças que oprimem os palestinos, o que inclui aquelas que servem de auxiliares ao sionismo (a feudal-burguesia árabe e os seus governos subservientes ao imperialismo). Mas em hipótese alguma essa posição de combate ao sionismo põe de lado a luta contra o antissemitismo. As massas exploradas judias e árabes somente poderão dar um passo progressivo à sua emancipação estando do lado oposto do nacionalismo e dos ódios religiosos que este desperta.

Em suas considerações sobre os 70 anos após os Holocausto e os perigos das ações antissemitas, Lipstadt cita outros exemplos de atos ocorridos na Europa (assassinato em uma escola judaica em Toulouse, na França, em 2012, atentados a tiros contra judeus no Museu Judaico de Bruxelas em maio de 2014, ameaças na Dinamarca contra o uso do solidéu, manifestação contra empresas judias na Itália e Inglaterra). Os assassinatos ocorreram antes da incursão de Israel em Gaza. O que leva a historiadora a considerar simplista a explicação de que se trata de reações de “jovens muçulmanos descontentes”. No entanto, limita-se a apontar “uma cepa distinta de antissemitismo muçulmano”. Não analisa o fenômeno indicado e não o demonstra em conexão como o racismo sionista do Estado de Israel.

É um erro relevar as consequências negativas que recaem sobre os judeus devido aos massacres de palestinos. Mas igualmente é um erro brutal fechar os olhos para a retomada do antissemitismo em geral. E por quê? Porque as manifestações de xenofobia contra imigrantes de todas as nacionalidades e credos já são expressas como parte do programa de partidos burgueses de características fascistas.

A recente eleição para o Parlamento europeu indicou o fortalecimento do chauvinismo. A pequena-burguesia abriga todo tipo de preconceitos e discriminações promovidos pelo capitalismo. A burguesia os utiliza segundo as condições materiais do momento. Hitler mostrou às últimas consequências como potencializar o social-chauvinismo a partir do desespero da pequena-burguesia, empurrada para a borda do precipício do capitalismo em decomposição. O antissemitismo foi tão somente uma de suas expressões, sem dúvida a mais evidente.

Não se pode falar em antissemitismo na Europa sem demonstrá-lo como parte da decomposição capitalista. O mais evidente, porém, não é o antissemitismo, mas sim o social chauvinismo contra os imigrantes, pobres e miseráveis. Mais uma vez as teses do marxismo se mostram vitais. Não há como combater uma variante de opressão nacional-racial sem que se combatam todas as demais variantes. Somente assim a ação política corresponde a um conteúdo de classe inequívoco – o do programa revolucionário do proletariado.

O pronunciamento de Lênin, abaixo transcrito, apesar de sintético, mostra o empenho do marxismo em combater o antissemitismo.

Discurso de Lênin sobre antissemitismo

Antissemitismo significa disseminar inimizades em relação aos judeus. Quando a desgraçada monarquia czarista vivia seus últimos dias, tentou incitar operários e camponeses ignorantes contra os judeus. A polícia czarista, em acordo com os proprietários de terras e capitalistas, organizou pogroms contra os judeus. Latifundiários e capitalistas tentaram marcar os judeus com ódio de operários e camponeses.

Em outras nações, também assistimos com frequência os capitalistas fomentarem o ódio contra os judeus, com o objetivo de cegar os trabalhadores, de desviar sua atenção do verdadeiro inimigo da classe operária, que é o capital.

O ódio contra os judeus permanece apenas nos países onde a escravidão imposta pelos proprietários de terras e capitalistas criou uma ignorância abissal entre operários e camponeses. Somente as pessoas mais ignorantes e oprimidas podem acreditar nas mentiras e calúnias que são disseminadas contra os judeus. Isso é um resquício de tempos feudais antigos, quando os padres queimavam hereges em postes, quando os camponeses viviam escravizados e quando as pessoas eram oprimidas e desorganizadas.

Essa velha ignorância feudal está se esvaindo, os olhos das pessoas já se abrem. Não são os judeus os inimigos da classe

operária, os inimigos da classe operária são os capitalistas de todas as nações.

Entre os judeus há muitos trabalhadores, e eles constituem a maioria. Eles são nossos irmãos, os quais, assim como nós, são oprimidos pelo capital; eles são nossos camaradas no esforço pelo socialismo.

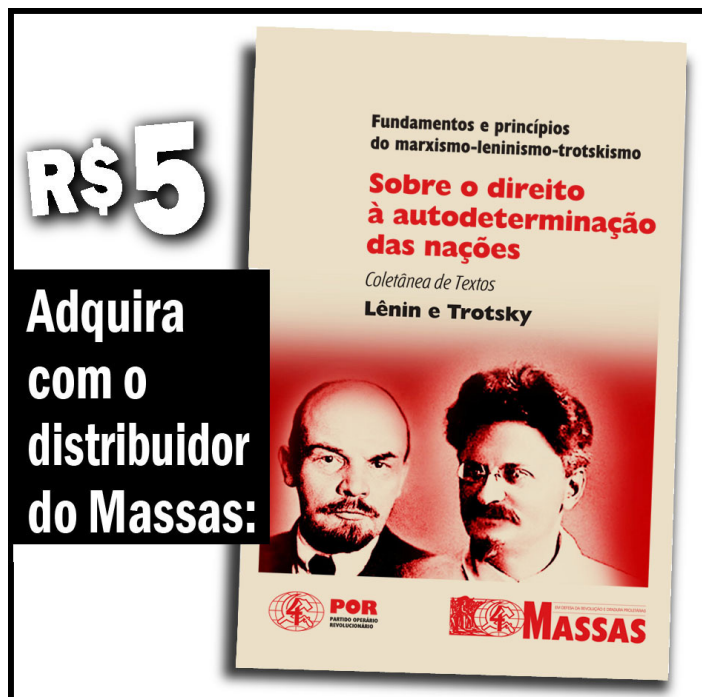
Entre os judeus há grandes proprietários, exploradores e capitalistas, como também há entre os russos e entre os povos de todas as nações. Os capitalistas se esforçam por semear e fomentar o ódio entre os trabalhadores de diferentes credos, diferentes países e diferentes raças. Aqueles que não trabalham são mantidos no poder pela força e pelo apoio do capital.

Judeus ricos, como russos ricos, e os ricos de todas as nações estão em aliança para oprimir, esmagar, roubar e dividir os trabalhadores.

Vergonha do desgraçado czarismo que perseguiu e torturou os judeus.

Vergonha daqueles que fomentam o ódio contra os judeus, que fomentam o ódio contra outras nações.

Vida longa à confiança fraterna e a luta conjunta dos trabalhadores de todos os países no grande esforço de sobrepujar o capital.



RS\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskyismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos

Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS



RS\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskyismo

O socialismo e a guerra

Coletânea de Textos

Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

O documento abaixo demonstra a atitude prática do marxismo em luta contra a segregação antissemita.

Projeto de Lei sobre a Igualdade das Nações e a Salvaguarda dos Direitos das Minorias Nacionais

Lênin, 6 de maio de 1914

1. Os limites das divisões administrativas da Rússia, rurais e urbanas (aldeias, volosts, uyezds, gubernias, partes e seções de cidades, subúrbios, etc.), serão revistos com base num registo das condições econômicas atuais e a composição nacional da população.

2. Este registo é efetuado por comissões eleitas pela população local por sufrágio universal, direto e igualitário, por escrutínio secreto com representação proporcional; as minorias nacionais demasiado pequenas (sob representação proporcional) para eleger um membro da comissão elegerão um membro da comissão com voz consultiva.

3. As novas fronteiras serão aprovadas pelo parlamento central do país.

4. O autogoverno local será introduzido em todas as áreas do país, sem exceção, com base no sufrágio universal, direto e igual, por voto secreto com representação proporcional; as áreas com condições geográficas, de vida ou econômicas específicas ou com uma composição nacional especial da população terão o direito de formar regiões autônomas com Dietas regionais autônomas.

5. Os limites de jurisdição exercidos pelas Dietas autônomas e pelos órgãos autônomos locais são determinados pelo parlamento central do país.

6. Todas as nações do Estado são absolutamente iguais e todos os privilégios de que goza qualquer nação ou língua são considerados inadmissíveis e anticonstitucionais.

7. Os órgãos autônomos locais e as Dietas autônomas determinarão a língua em que os negócios serão conduzidos pelos estabelecimentos estatais e públicos numa determinada área ou região, tendo todas as minorias nacionais o direito de exigir salvaguardas absolutas para a sua língua com base no princípio da igualdade, por exemplo, o direito de receber respostas de estabelecimentos estatais e públicos na língua em que são endereçadas etc. Medidas de Zemstvos, cidades etc., que infringem a igualdade de línguas de que gozam as minorias nacionais nas áreas financeira, administrativa, jurídica e em todas

as outras, serão consideradas inválidas e passíveis de revogação mediante protesto apresentado por qualquer cidadão do Estado, independentemente do domicílio.

8. Cada unidade autônoma do estado, rural e urbana, elegerá, com base no sufrágio universal, direto e igualitário, por escrutínio secreto com representação proporcional, conselhos de educação para cuidar, total e autonomamente, das despesas com todos as necessidades culturais e educacionais da população sujeita ao controle e gestão da cidade e dos órgãos de Zemstvo.

9. Nas unidades territoriais de população mista, o número de membros dos conselhos de educação não pode ser inferior a vinte. Este número (20) poderá ser aumentado por despacho dos órgãos de governo próprio e das Dietas autônomas. As áreas serão consideradas como tendo uma população mista onde uma minoria nacional constitua até cinco por cento da população.

10. Cada minoria nacional de uma determinada unidade autônoma que seja demasiado pequena para eleger, sob representação proporcional, um membro do conselho de educação terá o direito de eleger um membro com voz consultiva.

11. A parte proporcional dos fundos gastos nas necessidades culturais e educacionais das minorias nacionais numa determinada área não deve ser inferior à parte proporcional das minorias nacionais em toda a população da área determinada.

12. O censo populacional, levando em conta a língua materna dos cidadãos, será realizado a cada dez anos em todo o estado, e a cada cinco anos nas regiões e áreas de população mista.

13. Todas as medidas dos conselhos de educação que de alguma forma infringem a completa igualdade das nações e línguas da população local ou a proporcionalidade dos gastos com necessidades culturais e educacionais em conformidade com a participação das minorias nacionais na população, serão consideradas inválidas e passíveis de revogação mediante protesto de qualquer cidadão do Estado, independentemente do domicílio.

Argentina

Anulamos o voto com a política da classe operária

O capitalismo está decomposto e não há como reformá-lo. A sua sobrevivência é garantia da barbárie em todas as suas formas: fome, desemprego, precariedade, baixos salários e aposentadorias, pilhagem de recursos, orçamentos cada vez mais escassos para a saúde e a educação.

Só há uma solução: a revolução social, que pela primeira vez a classe operária governe e organize a economia de acordo com os interesses da maioria oprimida. Que conquiste a democracia pela primeira vez com base em suas assembleias populares, soviets, coordenações, ou como quer se chamem. Que os grandes meios de produção sejam estatizados para

pôr fim ao caos e à anarquia, e poder planejar seu melhor uso em benefício da maioria, estabelecendo prioridades, começando verdadeiramente pelos mais necessitados, os mais postergados, os mais vulneráveis. É assim que começamos a construir a nova sociedade, começamos o caminho para o comunismo, para uma sociedade sem explorados e exploradores.

Recolocam-nos numa encruzilhada: que votemos no mal menor, no mal conhecido, que mudemos de uma vez por todas. O sistema perverso nos chantageia impunemente, se não votarmos em Massa, a ultradireita vencerá, o fascismo, o ata-

que aos nossos direitos, o autoritarismo, a perda de todas as liberdades, vão destruir salários... Do outro lado, gritam que, se não votarmos em Milei, o flagelo, a corrupção, a casta, os responsáveis pela inflação imparável, a emissão de moeda, os privilégios da política, os auxílios e os usuários dos auxílios continuarão a governar... Dizem-nos que, se anularmos o voto ou votarmos em branco ou nos abstermos, favoreceremos o outro. Querem nos responsabilizar pelo presidente em quem votamos.

A forma do segundo turno, que deixa dois candidatos para o fim, garante que um terá mais de 50% dos votos e isso lhe dará legitimidade suficiente. Não importa se um ou outro vota contra o outro, para que não ganhe, mais do que a convicção de que seu voto expressa conscientemente uma adesão a uma ideia, a um programa. Para uns, é o medo, de que o outro ganhe ou que o outro continue a governar, que define o seu voto. A mídia trabalha há semanas para pressionar pela decisão. Empresários poderosos fazem fila atrás dos candidatos, alguns colocando ovos nas duas cestas. Fortunas são gastas na campanha que eles generosamente financiam.

Sabemos que não são iguais. Sabemos que Milei é um produto da podridão do capitalismo, que expressa de forma mais descarnada o interesse dos capitalistas em liquidar todos os direitos e organizações dos trabalhadores, em nos levar praticamente à escravidão. Mesmo que ele não possa realizar os seus objetivos, essas são suas intenções. Suas propostas são bem conhecidas, têm mais de 100 anos e foram montadas em ditaduras militares e governos civis como o de Menem ou Macri.

Milei não é um “infiltrado” na democracia, ele é seu produto, ele é um produto da podridão, da incapacidade de resolver o que é mais urgente e necessário para os oprimidos que em seu desespero vão votar nele. Porque não é só o tradicional voto gorila. Não são apenas os empresários e as classes médias conquistados pelo individualismo, pelo cada um por si, pela meritocracia, as elites que desprezam o país. Há um voto de cansaço dos jovens sem futuro, de trabalhadores fartos da burocracia, dos embustes, dos fracassos, das mentiras dos politiquieiros conhecidos.

Insistimos que Milei é produto da terrível crise política da burguesia, da desintegração de seu regime. Poderosos empresários financiaram sua existência por anos e forneceram-lhe os meios de comunicação para que ele pudesse aparecer permanentemente, garantiram-lhe candidatos e fiscais. Não tem uma estrutura de quadros, militantes e equipes para cobrir todos os cargos que precisa no Estado, será alimentado pelos restos dos demais partidos. E, fundamentalmente, ainda não tem a burocracia sindical que lhe permita controlar os trabalhadores, discipliná-los e contê-los.

Massa não é a mesma coisa. Nós o conhecemos bem. Ele é o homem da embaixada norte-americana. Ele é sócio de Morales em Jujuy. Foi ele quem reconheceu a dívida fraudulenta e nos faz pagá-la aplicando os planos do FMI. Ele é o homem que está inteiramente no terreno do Estado genocida de Israel e dos Estados Unidos contra o povo palestino. Promete exportar todos os recursos possíveis para pagar a dívida externa. Foi ele quem fez de tudo para reduzir o déficit fiscal fazendo os ajustes. Mesmo que ele não queira parecer, ele faz parte desse governo. Conta com o apoio de poderosos empresários que sempre financiaram sua carreira, desde a época

da UCEDE, desde sua entrada no peronismo com Menem. É apoiado pelo setor mais podre do sindicalismo, o mais burocrático. Fez grandes concessões aos exportadores, garantindo que eles possam continuar contrabandeando pelo Rio Paraná, que continua privatizado como todos os seus portos, sem um único navio nacional.



Se Massa conseguir governar aplicando o programa do FMI, não será necessário que o imperialismo aplique um Milei que pressionará para impor a agenda mais à direita.

Assim como alertamos que não deveríamos votar em Fernández contra Macri porque ele aplicaria a política que Macri aplicou, hoje dizemos que não se pode votar nem em Massa nem em Milei. Os trabalhadores devem tornar-se independentes da burguesia em todos os terrenos. Não cair nas armadilhas apresentadas pelo sistema, querendo fazer crer que escolhemos bem escolhendo nosso carrasco. Devemos lutar pelo nosso próprio regime político, para pôr fim à ditadura do capital que hoje toma a forma de democracia burguesa.

Essa política nos permite estar com os punhos em alto sabendo que temos um inimigo de classe à nossa frente, a quem devemos derrotar.

Sabemos muito bem que as políticas atribuídas a Milei já estão em vigor. Praticamente, não há assembleias na maioria dos sindicatos; delegados e ativistas são perseguidos; não há democracia sindical. Milhares de ativistas ainda estão sendo processados. Os patrões, com a ajuda dos governos, encontraram formas de precarizar o trabalho, para evitar o pagamento de contribuições previdenciárias. A saúde e a educação privadas avançaram às custas do sistema público, que está sendo desfinanciado. Os movimentos de desempregados mais combativos são ameaçados o tempo todo, seus direitos são retirados, não lhes enviam comida aos refeitórios. Os poderes do Estado permitem todo tipo de manobra dos especuladores, as operações da mídia avançam com a reinvindicação da ditadura e seus crimes com total impunidade. Os empresários conseguem pagar menos impostos ao Estado. Esse avanço da “direita” sobre nossos direitos vem acontecendo há muito tempo diante da paralisia das organizações sindicais cooptadas pelo governo. Essas políticas só podem ser derrotadas nas ruas, com os métodos da classe operária, nunca nas urnas. Esta é a base para a unidade de todos os trabalhadores acima de suas diferenças políticas.

(Extraído do Jornal Massas, 445, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

O POR iniciou no jornal Massas 690 a publicação do folheto “A Guerra e a Internacional”, redigido por Trotsky, em outubro de 1914. Consta nesse número do Massas o prefácio do autor. A partir do jornal Massas 693, iniciamos a publicação dos capítulos. Agora, publicamos o capítulo IX “O declínio do espírito revolucionário” e o capítulo X “Imperialismo da classe operária”.

O objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e à guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia.



CAPÍTULO IX

O declínio do espírito revolucionário

Seis ou sete anos atrás, uma vazante política seguiu-se à maré revolucionária. Na Rússia, a contrarrevolução triunfou e iniciou um período de retrocesso do proletariado russo, tanto na política quanto na força das suas organizações. Na Áustria, rompeu-se o fio das conquistas iniciadas pela classe operária, a legislação previdenciária adormeceu nas gavetas dos ministérios, os conflitos nacionais recomeçaram com vigor renovado na arena eleitoral, enfraquecendo e dividindo a social-democracia. Na Inglaterra, o Partido Trabalhista, depois de se separar do Partido Liberal, voltou a associar-se mais estreitamente a ele. Na França, os sindicalistas passaram para o reformismo. Gustave Hervé mudou para o oposto do que era. E, na socialdemocracia alemã, os revisionistas levantaram a cabeça, encorajados porque a história lhes ofereceu revanche. Os alemães do sul votaram o orçamento, num gesto significativo. Os marxistas foram compelidos a mudar das táticas ofensivas para as defensivas. Os esforços da ala esquerda para atrair o partido para uma política mais ativa não tiveram sucesso. O Centro dominante pendeu cada vez mais para a direita, isolando os radicais. O conservadorismo, recuperando-se dos golpes recebidos em 1905, triunfou em toda linha.

A atividade revolucionária havia terminado, mas, tampouco havia lugar para o reformismo, o Partido usou toda sua energia na construção da organização, na conquista de novos membros para os sindicatos e para o partido, na

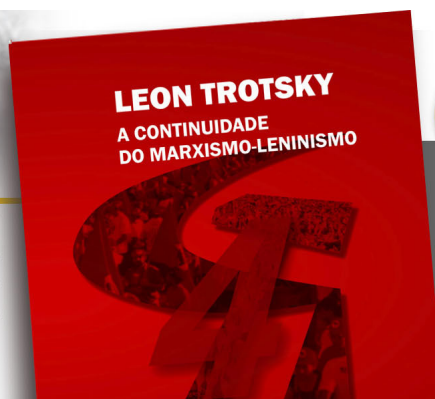
criação de novos jornais e na obtenção de novos assinantes. Após ter cultivado o oportunismo “possibilista”, o partido assumiu o culto da organização como objetivo. O culto à inércia organizativa e o trabalho rotineiro nunca foram tão fortes na socialdemocracia alemã como durante os anos imediatamente anteriores à grande catástrofe. E não pode haver dúvida de que a questão da preservação das organizações, tesourarias, Casas do Povo e gráficas desempenharam um papel muito importante na posição tomada pela fração no Reichstag ao estourar a Guerra. “Se tivéssemos feito outra coisa, teríamos levado nossa organização à ruína”, foi o primeiro argumento que ouvi do Molkenbuhr, um destacado camarada alemão.

E como é característico da psicologia oportunista induzida pelo mero trabalho de organização, dos 91 jornais social-democratas nenhum protestou contra a violação da Bélgica. Nenhum! Após a revogação das leis antissocialistas, o partido hesitou muito antes de adquirir suas próprias gráficas, com medo de que fossem confiscadas pelo governo no caso de grandes acontecimentos. E agora que tem 65 gráficas, a cúpula do partido receia dar qualquer passo por medo de serem confiscadas! O mais eloquente de tudo é o incidente do Vorwärts, que implora permissão para continuar existindo, oferecendo como garantia a adoção de um programa nacionalista que suspende a luta de classes por tempo indefinido. Todo amigo sincero da social-democracia alemã sente uma profunda vergonha quando recebe seu exemplar com o humilhante “Por ordem do Estado-maior do Exército”. Se tivessem proibido o Vorwärts, teria sido um fato político ao qual o partido mais tarde poderia se referir com orgulho. De qualquer forma, isso seria mais honroso do que continuar existindo com a marca das botas do general na testa.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

CAPÍTULO X

Imperialismo da classe operária

Mas, para o partido, são mais importantes suas gráficas e sua organização que seus princípios e sua dignidade. E o Vorwärts sobrevive como evidência de duas páginas da brutalidade ilimitada do Junkers em Berlim e em Louvain, e do oportunismo ilimitado da social-democracia alemã. A ala direita assumiu uma posição “principista”, como resultado de suas próprias considerações políticas. Estas concepções fundamentais do reformismo alemão foram formuladas por Wolfgang Heine¹ numa absurda discussão acerca de se os socialdemocratas deviam abandonar a sala do Reichstag quando os membros se levantaram para saudar o nome do imperador, ou se deviam permanecer sentados. “Por ora e durante um tempo, é impossível a criação de uma República no Império Alemão. Por isso, não é algo importante para nossa política atual”. Somente se pode conseguir êxitos práticos através da cooperação com a burguesia liberal. “Por isso, não porque seja um defensor da forma, defendi que não devemos dificultar a cooperação parlamentar apelando a manifestações que ferem desnecessariamente os sentimentos da maioria do Reichstag”. Mas se uma simples infração à etiqueta monárquica bastasse para destruir a esperança de cooperação reformista com a classe média liberal, então é claro que a ruptura com a “nação” burguesa no momento do “perigo” nacional teria impedido, nos próximos anos, não apenas todas as reformas desejadas, mas também todos os desejos reformistas. Essa atitude dos rotineiros do centro partidário, que obedece à necessidade de “preservar” a organização se complementa com as concepções políticas dos revisionistas. O ponto de vista destes últimos demonstrou ser muito mais sólido e acabou se impondo. Toda a imprensa do partido proclama insistentemente aquilo que antes desprezava: que a após a guerra a atitude patriótica das classes trabalhadoras vai ganhar a indulgência das classes dominantes e o proletariado será recompensado com algumas reformas. A socialdemocracia alemã não se comportou como um poder revolucionário, não se deixando arrastar pelo redemoinho nacionalista e esperando o momento favorável para intervir nos acontecimentos junto com as outras seções da Internacional. Não, ao contrário, a socialdemocracia alemã se comportou como um pesado trem ameaçado pela cavalaria inimiga. Subordinou todo o futuro da Internacional à defesa das fronteiras do Estado de classe, comportando-se, antes de mais nada, como um Estado conservador dentro do Estado.

“Olhem para a Bélgica!” escrevia o Vorwärts para encorajar os trabalhadores-soldados. As Casas do Povo foram transformadas em hospitais de campanha, os jornais foram suprimidos, toda a vida partidária foi esmagada.² E, portanto, têm de perseverar “até que a vitória decisiva seja nossa”. (sempre citando o Vorwärts). Noutras palavras, prossigam destruindo tudo, e que o que fizerem com vossas próprias mãos seja uma lição para vocês. “Olhem para a Bélgica!”.

O que acabamos de dizer se refere não apenas à social-democracia alemã, mas também a todas as seções mais antigas da Internacional que passaram pela história do último meio século.

Ainda há um fator que não foi esclarecido. Está na base dos acontecimentos pelos que o Partido passou. Até onde eu sei, nunca se discutiu na imprensa socialista a dependência do movimento operário do alcance e dos êxitos da política imperialista do Estado, em particular nos seus conflitos econômicos. Tampouco posso resolver este problema no curto espaço deste trabalho. Assim que, necessariamente, o que vou dizer será apenas uma breve revisão.

O proletariado está profundamente interessado no desenvolvimento das forças produtivas. O Estado nacional criado na Europa pelas revoluções e guerras dos anos de 1789 a 1870 foi o tipo básico da evolução econômica do período transcorrido. O proletariado contribuiu plena e conscientemente ao desenvolvimento das forças produtivas dentro do marco nacional. Apoiou a burguesia em seus conflitos com inimigos estrangeiros e em seu combate contra a monarquia, o feudalismo e a igreja para conquistar a democracia política. Quando a burguesia se passou ao campo da “lei e a ordem”, isto é, tornou-se reacionária, o proletariado retomou a tarefa histórica que a burguesia havia deixado incompleta. Colocando-se à frente de uma política de paz, cultura e democracia, em oposição à burguesia, contribuiu à ampliação do mercado nacional dando dessa forma impulso ao desenvolvimento das forças produtivas. O proletariado tinha também interesse econômico na democratização e no progresso cultural de todos os outros países como comprador ou vendedor do seu próprio país. Nisso residia a garantia mais importante para a solidariedade internacional do proletariado, tanto no que diz respeito aos objetivos finais quanto às políticas cotidianas. A luta contra os resquícios da barbárie feudal, contra as exigências desapiedadas do militarismo, contra os impostos agrários serviu, direta e indiretamente, para ajudar a desenvolver as forças produtivas. Essa é a razão pela qual a grande maioria dos trabalhadores organizados juntou forças políticas com a social-democracia. Todo obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas atinge os sindicatos mais de perto.

Quando o capitalismo passou do terreno nacional ao internacional imperialista, a produção local e a luta econômica do proletariado (vinculada à primeira) passaram a depender diretamente daquelas condições do mercado mundial. A forma de estabilizar estas últimas é mediante encorajados e canhões. Noutras palavras, em contradição com os interesses fundamentais do proletariado tomados em seu amplo sentido histórico, os interesses setoriais imediatos de vários estratos do proletariado passaram a depender diretamente dos êxitos ou fracassos da política externa dos governos. A Inglaterra, muito antes do que os outros países, colocou seu desenvolvimento capitalista sobre a base da ra-

1 Wolfgang Heine (1861 – 1944): Socialdemocrata de direita alemão. Ministro de Justiça prussiano desde novembro de 1918 até janeiro de 1919.

2 Um correspondente melodramático do Vorwärts diz que buscava camaradas belgas na Casa do Povo e o que encontrou foi um hospital de campanha alemão. O que o correspondente do Vorwärts queria de seus camaradas belgas? “Conquistá-los para a causa do povo alemão”. Mas, toda Bruxelas já havia sido “conquistada para a causa do povo alemão!”. [Nota de LT].

pacidade imperialista, e implicou as camadas superiores do proletariado em seu domínio mundial. Na defesa dos seus interesses imediatos como classe, o proletariado inglês limitou-se a exercer pressão sobre os partidos burgueses para que lhe concedessem uma fatia da exploração capitalista de outros países. Só iniciou uma política independente quando a Inglaterra começou a perder sua posição no mercado mundial, deslocada, entre outros, por sua principal rival, a Alemanha.

Mas, quando Alemanha se transformou numa potência industrial internacional, cresceu também a dependência material e moral de amplos estratos do seu proletariado com o imperialismo. Vorwärts escreveu em 11 de agosto que os operários alemães denunciavam a neutralidade italiana como os chauvinistas mais extremos. Este jornal diz que os trabalhadores do seu país são “politicamente inteligentes”, e que os socialistas tentaram convencê-los dos “perigos do imperialismo durante anos (embora com muito pouco sucesso, devemos confessar)”. Mas, para justificar o imperialismo, o Vorwärts também se encarregou de alimentar os trabalhadores alemães com argumentos “nacionais” e “democráticos” (a espinha dorsal de alguns escritores é tão flexível quanto suas canetas).

No entanto, tudo isso não altera o fato de que os trabalhadores alemães não pareciam ter uma inimizade irreconciliável com relação às políticas imperialistas, quando chegou o momento decisivo. Pelo contrário, eles pareciam ouvir atentamente o que diziam os imperialistas, tudo recoberto numa pomposa fraseologia nacional e democrática. Não é a primeira vez que o imperialismo “socialista” encontrou defensores na social-democracia alemã. Basta lembrar que, no Congresso da II Internacional de Stuttgart, a maioria dos delegados alemães, notadamente os sindicalistas, foi que votou contra a resolução marxista sobre a política colonial.³ Essa ocorrência provocou uma grande sensação naquele momento, mas seu verdadeiro significado se revela mais claramente à luz dos acontecimentos atuais. Precisamente agora, a imprensa sindical está se dedicando a unir o destino da classe operária alemã ao trabalho do exército com mais consciência e decisão do que os jornais políticos.

Negar as tendências imperialistas no seio da Internacional e o imenso papel que desempenharam na conduta dos partidos socialistas, é fechar os olhos diante da evidência. Estes fatos são perturbadores. Mas neles reside a inevitabilidade das crises revolucionárias. Enquanto o capitalismo permaneceu numa base nacional, o proletariado não pôde deixar de cooperar na democratização das relações políticas e no desenvolvimento das forças produtivas por meio do

parlamento e dos conselhos comunais e demais atividades. As tentativas dos anarquistas de estabelecer uma agitação revolucionária formal em oposição às lutas políticas da social-democracia os condenaram ao isolamento e à extinção gradual. Mas, quando os estados capitalistas ultrapassam sua forma nacional, para se tornarem potências imperialistas mundiais, o proletariado, se continuar aplicando suas velhas táticas, não pode se opor eficazmente a esse novo imperialismo. E o motivo é o chamado programa mínimo que moldou sua política no marco do Estado nacional. Quando sua preocupação principal é com os tratados alfandegários e a legislação social, o proletariado é incapaz de aplicar a mesma energia na luta contra o imperialismo da que utilizou na luta contra o feudalismo. Seus velhos métodos de luta consistiam em adaptar-se às constantes mudanças do mercado. Esta metodologia, aplicada hoje às novas condições do imperialismo, leva-no a cair na dependência material e ideológica deste último.

A única maneira do proletariado colocar sua força contra o imperialismo é sob a bandeira do socialismo. A classe operária é impotente contra o imperialismo enquanto suas grandes organizações mantiverem suas velhas táticas oportunistas. Será todo-poderosa quando tomar o caminho da Revolução Social.

Os métodos de oposição parlamentares não só não produzem resultados práticos, como também deixam de mobilizar os trabalhadores, que veem com clareza que por trás dos parlamentares se perfila o imperialismo, que mediante a força armada reduz os salários e a própria vida dos trabalhadores a uma dependência cada vez maior de seus sucessos no mercado mundial. É claro para todo socialista consciente que o caminho que poderia conduzir o proletariado do oportunismo à revolução não é a agitação, mas uma convulsão histórica. Mas ninguém previu que a história precederia essa inevitável mudança de tática por um colapso tão catastrófico da Internacional.

A história trabalha com uma inexorabilidade gigantesca. O que é a Catedral de Reims⁴ para a História? O que significa para ela centenas ou milhares de reputações políticas? O que é a vida ou a morte de centenas de milhares ou de milhões de pessoas? O proletariado permaneceu muito tempo na escola preparatória, muito mais do que pensavam seus fundadores. A História tomou a vassoura na mão, varreu a Internacional dos epígonos e jogou para o campo de batalha esses milhões que se movimentavam lentamente. Ali estão afogando em sangue suas últimas ilusões. Uma experiência terrível! O destino da civilização europeia depende dos seus resultados.

3 Embora o Congresso de Stuttgart da Segunda Internacional (1907) tenha conseguido unanimidade sobre a atitude em relação à guerra, na questão colonial ela estava fortemente dividida. Uma resolução anticolonial foi aprovada por 127 a 108, com os alemães (embora divididos entre si) votando solidamente nos “colonialistas”.

4 Em setembro de 1914, a Catedral de Reims, onde todos os reis franceses, de Clóvis a Luís XVI, haviam sido coroados, foi bombardeada por armas alemãs.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**